





Demonstrações Financeiras

2024

VIVT

B3 LISTED

VIV

LISTED

NYSE

ISEB3

ICO2B3

O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por ADOLPHO JOSE BASTOS DA CUNHA, em terça-feira, 6 de maio de 2025 11:44:30 GMT-03:00, CNS: 11.530-3 - OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS DO 34º SUBDISTRITO CERQUEIRA CÉSAR/SP, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deve ser confirmada no endereço eletrônico www.cenad.org.br/autenticidade. O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelionato de Notas. Provimento nº 149/2023 CNJ - artigo 305.

Telefônica

Telefônica Brasil S.A.
Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 02.558.157/0001-62 - NIRE 35.3.0015.881-4

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2024

Senhores Acionistas,
A Telefônica Brasil S.A. (B3: VIVT3, NYSE: VIV) submete à apreciação o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras, acompanhadas do relatório de auditoria emitido pelos auditores independentes, referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, apresentados de acordo com as Normas Contábeis Internacionais (IFRS) e com os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

O ano de 2024 foi marcado por resultados expressivos, com o crescimento dos principais indicadores financeiros e operacionais. Mantivemos as receitas e lucro em alta e uma robusta remuneração aos nossos acionistas, com iniciativas pautadas por importantes critérios ESG. Avançamos com nossa base de acessos, ao mesmo tempo que evoluímos o ecossistema com soluções que digitalizam a vida dos nossos clientes, seja na saúde, educação ou em gestão financeira, além de oferecer mais eficiência e produtividade às empresas. Nossa marca segue como a primeira escolha dos consumidores, consolidada por relevantes ativos, como atendimento, portfólio e cobertura.

Encerramos o ano alcançando a meta de 29 milhões de domicílios cobertos com fibra, em 444 cidades, com sete milhões de clientes conectados. No negócio móvel, chegamos a 504 municípios com 5G, cobrindo 61,3% da população brasileira e *market share* em acessos de 40,2%. A liderança, em ambos os mercados, fortalece a fidelização por meio de uma oferta que combina fibra e móvel: o Vivo Total, que reúne 2,4 milhões de assinantes, representando mais de um terço da nossa base de acessos em fibra. Em receita, esse serviço cresceu mais de 90%, refletindo a demanda dos nossos clientes por soluções convergentes. O Vivo Total foi responsável por cerca de 90% das vendas de fibra nas lojas em 2024 e seu desempenho o coloca novamente como a principal estratégia comercial para 2025.

No período, registramos, ainda, um *churn* historicamente baixo no pós-pago, fechando o ano com 0,98%, excluindo *machine-to-machine* (M2M), garantindo à Vivo a continuidade da liderança deste negócio, com 41,3% de *market share* - oito pontos percentuais à frente do segundo colocado. Também consolidamos liderança do mercado móvel total, com 38,8% de participação.

A potente infraestrutura da Vivo viabiliza o acesso da população aos benefícios da digitalização, gerando oportunidades para pessoas e empresas. Em nossa base de clientes, temos mais de 57 milhões de CPFs e 1,8 milhão de CNPJs, serviços pela principal rede de conectividade do país, o que nos permite expandir nossa presença para diversos setores. Em 2024, os novos negócios B2C e B2B somados representaram 10,2% de toda a nossa receita, com evolução de 1,2 ponto percentual em comparação ao ano anterior.

Em serviços financeiros, estruturamos nossos produtos sob a marca Vivo Pay, disponível no App Vivo. Inclusive no ano passado, no negócio de empréstimos pessoais, lançamos o financiamento de transações pix pagas em múltiplas parcelas e a antecipação do saque-aniversário do FGTS. Também recebemos a aprovação do Banco Central para operar o Vivo Pay SCD (Vivo Pay Sociedade de Crédito Direto), possibilitando a oferta de diferentes produtos e serviços.

Nossa Saúde e Bem-estar, temos o Vale Saúde, serviço de assinatura mensal que dá acesso a descontos em consultas médicas, exames e medicamentos. Em educação, o ViveE, fruto da joint-venture com a Ânima Educação, disponibiliza cursos com foco em capacitação profissional em um mercado em constante transformação. Também seguimos como referência quando o assunto é transformar as residências dos nossos clientes em casas inteligentes, a partir de soluções de conectividade, dispositivos digitais e consultoria, tornando as tarefas diárias mais simples e eficientes. Além disso, somos o principal parceiro comercial dos maiores players de entretenimento de música e vídeo do setor, concluindo o ano com três milhões de assinaturas de serviços de streaming feitas por meio de nossas plataformas.

Nosso ecossistema digital se estende às empresas que têm a Vivo como aliada em seus processos de digitalização. Em 2024, avançamos no mercado corporativo com a inserção de soluções baseadas em serviços de *cloud*, cibersegurança, *IoT*, *big data*, redes privadas, além da aquisição e formação de novas empresas. Adquirimos a IPNET, especializada em *cloud computing* e principal integradora de serviços em nuvem do Google no Brasil. Em parceria com a Auren Energia, anunciamos o início da operação da GUD, criada para capturar as oportunidades geradas pela abertura do mercado livre de energia.

CONTEXTO MACROECONÔMICO

Em 2024, a economia brasileira continuou crescendo de forma sólida, impulsionada por estímulos fiscais e monetários. Segundo as expectativas do mercado, o PIB brasileiro cresce cerca de 3,5% em 2024, em comparação com 3,4% em 2023. O setor de serviços continuou em expansão e a taxa de desemprego diminuiu para níveis historicamente baixos.

Nossas contas externas também apresentaram desempenho favorável, com destaque para o superávit na balança comercial de US\$ 7,6 bilhões em 2024, o segundo maior da série histórica, atrás apenas de 2023, quando foram registrados US\$ 98,9 bilhões, favorecido pela safra recorde naquele ano.

A inflação ao consumidor subiu para 4,83% em 2024, comparado a 4,62% em 2023, mantendo-se acima da meta de 3,0%, influenciada pela combinação de eventos climáticos e depreciação cambial, em meio à atividade econômica aquecida. Com isso, o Banco Central retomou a alta dos juros no segundo semestre, elevando a taxa Selic para 12,25% no final de 2024, de 11,75% no final de 2023.

A política fiscal foi um grande foco de atenção no mercado financeiro. A mudança das metas fiscais em direção a um ajuste fiscal mais lento, juntamente com o aumento do nível de gastos e das taxas de juros, elevou as preocupações dos agentes em relação à sustentabilidade da trajetória da dívida pública, que subiu para 76,1% do PIB, em comparação com 74,4% do PIB em 2023. Além disso, o contexto global menos favorável, diante de incertezas elevadas e taxas de juros mais altas do que no cenário inicialmente, também contribuiu para a percepção de aumento dos riscos de desequilíbrio. Nesse contexto, a taxa de câmbio registrou depreciação ao longo de 2024, ao passar de R\$/US\$ 4,84 no final de 2023 para R\$6,19 no final de 2024.

Por fim, a agência de classificação de risco Moody's atualizou os ratings de longo prazo do Brasil para "Ba1" de "Ba2" em outubro de 2024, um nível abaixo do grau de investimento, em decisão justificada pelo crescimento econômico robusto e reformas econômicas e fiscais. A agência S&P, por sua vez, manteve a classificação do Brasil em "BB", dois níveis abaixo do grau de investimento.

DESEMPENHO DOS NEGÓCIOS

Em 2024, atingimos a **maior base de clientes da história**, com 116,1 milhões de acessos em dezembro de 2024, (+2,7% a/a). No negócio móvel, encerramos o ano com 102,3 milhões de acessos (+3,3% a/a), chegando a 504 municípios cobertos com 5G (+2,9x a/a). No pós-pago ex-M2M e ex-dongles¹, adicionamos 3,4 milhões de acessos no ano, totalizando 47,5 milhões de acessos, dos quais 33,8% possuem a tecnologia 5G.

No ano, a **Receita Líquida** da Companhia cresceu 7,2% a/a e atingiu R\$ 55.845,0 milhões (R\$ 52.100,2 milhões em 2023), impulsionada pelo crescimento da receita móvel de pós-pago, seguida pelos serviços de FTTH². Dados Corporativos, TIC e Serviços Digitais.

1 M2M: *Machine-to-machine*, chip que permite a comunicação entre máquinas, através de transferência de dados sem interação humana e sem fios.
2 Dongles: dispositivo que permite a comunicação entre um computador ou outro dispositivo, geralmente via porta USB, usado para conexões Wi-Fi, streaming, etc.

3 FTTH: *Fiber-to-the-home*, solução que usa fibra óptica para fornecer acesso de alta velocidade à internet.

NEGÓCIO MÓVEL

A **Receita Líquida Móvel** avançou 8,4% a/a em 2024, impulsionada pelo desempenho da **Receita de Serviço Móvel**, que cresceu 8,4% a/a, e pela Receita de Eletrônicos (8,0% a/a). A Receita de Pós-pago, que inclui M2M, placas, atacado e outros, representa 83,5% da receita de serviço móvel, e cresceu 10,1% a/a devido ao aumento da base de clientes (7,6% a/a), que totalizou 66,5 milhões no ano, impulsionado por migrações do pré-pago e pela aquisição de novos clientes, assim como pelos reajustes anuais de preço, que contribuíram para o aumento de 3,9% a/a do ARPU do pós-pago ex-M2M e ex-dongles, para R\$ 52,0.

A **Receita de Pré-pago** subiu +0,7% na comparação anual, principalmente em função do incremento de +4,5% no ARPU e queda de -0,6 p.p. do *churn* no ano.

A **Receita de Aparelhos e Eletrônicos** apresentou um incremento de 8,0% em comparação a 2023, como resultado da ampla oferta de dispositivos, smartphones e aparelhos de casa conectada. Em 2024, mais de 89% dos smartphones vendidos em nossas lojas eram compatíveis com 5G.

NEGÓCIO FIXO

A **Receita Líquida Fixa** cresceu 4,3% a/a, impulsionada pelo crescimento acelerado de FTTH (+14,5% a/a), que corresponde a 44,1% (+3,9 p.p. a/a) da receita líquida fixa, e de Dados Corporativos, TIC e Serviços Digitais (+9,9% a/a).

Durante 2024, expandimos nossa rede de fibra para 2,9 milhões de novos domicílios, atingindo 29,1 milhões de casas passadas em 444 municípios. No ano, conectamos 784 mil novos clientes com ARPU de FTTH de R\$ 90,3.

O **Vivo Total**, nossa oferta convergente de pós-pago e fibra, representou 84,5% (+5,6 p.p. a/a) das altas de FTTH nas lojas físicas próprias e já conta com 2,4 milhões de assinantes (+84,9% a/a), representando 34,3% de nossa base de acessos de fibra (+13,4 p.p. a/a).

A **Receita de Dados Corporativos, TIC e Serviços Digitais**, cresceu 9,9% a/a em 2024, resultado do portfólio completo de produtos e serviços oferecidos pela Companhia, que inclui, além da conectividade, soluções de *cloud*, TI, equipamentos e cibersegurança, entre outros. No ano, os serviços digitais para empresas representaram 7,3% das receitas totais (+20,6% a/a).

A receita digital B2B foi beneficiada pela aquisição da IPNET, que é especializada na implementação de soluções do Google, contribuindo com R\$ 64 milhões em receitas no 4T24, e pelo incremento acelerado das soluções da Vivo Vita.

NEGÓCIOS DIGITAIS

Seguimos avançando no desenvolvimento de um ecossistema com parceiros relevantes para alavancar a nossa consolidação como um hub de serviços digitais.

B2C

PRODUTOS B2C

Nos últimos 12 meses, a média de receita mensal por CPF, considerando todos os nossos produtos B2C, incluindo telecomunicações e novos negócios, alcançou R\$ 62,3. Isso reforça a nossa posição como uma solução completa para as necessidades dos nossos clientes.

SERVIÇOS FINANCEIROS

As receitas com serviços financeiros totalizaram R\$ 460,6 milhões em 2024 (R\$ 402,1 milhões em 2023), um crescimento de +14,5% a/a. Sendo uma plataforma 100% digital, o Vivo Pay centraliza as soluções financeiras da Vivo, como empréstimo pessoal, seguros, antecipação de FGTS, parcela PIX, entre outros. Em setembro de 2024, o Banco Central do Brasil aprovou o requerimento de autorização para funcionamento da Vivo Pay Sociedade de Crédito S.A. Com essa aprovação, poderemos emprestar recursos diretamente a nossos clientes, sem a necessidade de intermediação de uma instituição financeira tradicional, o que possibilitará um aumento da eficiência dos nossos serviços financeiros.

ENTERTENIMENTO

Como uma das iniciativas de aumentar o portfólio para nossos clientes, a Vivo distribui os melhores OTTs¹ de música e vídeo do mercado. No ano de 2024, alcançamos 30 milhões de assinantes (+14,0% a/a) em portfólios de conteúdo e uma receita de R\$ 725,3 milhões em 2024 (+29,8% a/a).

SAÚDE E BEM-ESTAR

O nosso marketplace de serviços de saúde, Vale Saúde Sempre, conecta clientes a clínicas e laboratórios em todo o país por meio de uma assinatura mensal. Desde o início da operação, atingimos mais de 390 mil assinaturas, um aumento de 103% a/a, além de 64 mil consultas médicas, exames e procedimentos realizados, e a venda de 1,4 milhão de itens com desconto em farmácias em 2024. A receita total de saúde e bem-estar nos últimos 12 meses foi de R\$ 59 milhões, um aumento de 3,7x em relação ao ano anterior.

VIVO VENTURES

O Vivo Ventures (VV), fundo de *Corporate Venture Capital* criado em conjunto com a Telefônica Open Innovation, tem o objetivo de investir em *startups* focadas em soluções inovadoras que possam acelerar o crescimento do ecossistema B2C da Companhia.

O VV já assumiu importantes compromissos de investimento em *fintechs* como a Klavi, focada em soluções Open Finance, e a Klubi, administradora de consórcios; a Digibee, uma IPaaS (*Integration Platform as a Service*) inovadora que possibilita a integração de sistemas de forma simplificada e mais eficiente; e a Conexa Health LLC, uma plataforma independente de Telemedicina e um ecossistema digital de saúde, conectando pacientes, profissionais, empresas e operadoras, com o objetivo de democratizar o acesso à saúde de qualidade.

INVESTIMENTOS

A Companhia investiu R\$ 9.166,5 milhões em 2024, aumento de 2,3% a/a quando comparado ao montante investido em 2023 (R\$ 8.959,8 milhões), representando 16,4% da Receita Operacional Líquida do ano, uma queda de 0,8 p.p. a/a, evidenciando nossa capacidade em aumentar receita reduzindo a intensidade de capital.

Em 2024, continuamos expandindo a rede de fibra da Companhia em ritmo acelerado, atingindo 444 cidades do Brasil e 29,1 milhões de casas passadas (+11,2% a/a).

O aumento da cobertura 5G também foi foco dos nossos investimentos e já atingiu 504 municípios (+2,9x a/a), representando 61,3% da população brasileira.

Como reconhecimento das nossas iniciativas, de acordo com a premiação da OpenSignal 5G Global Mobile Network Experience Awards 2024, nosso 5G teve a maior velocidade de download do mundo na categoria de grande extensão territorial, atingindo 365,6Mbps.

Em 2024, continuamos expandindo a rede de fibra da Companhia em ritmo acelerado, atingindo 444 cidades do Brasil e 29,1 milhões de casas passadas (+11,2% a/a).

O aumento da cobertura 5G também foi foco dos nossos investimentos e já atingiu 504 municípios (+2,9x a/a), representando 61,3% da população brasileira.

Como reconhecimento das nossas iniciativas, de acordo com a premiação da OpenSignal 5G Global Mobile Network Experience Awards 2024, nosso 5G teve a maior velocidade de download do mundo na categoria de grande extensão territorial, atingindo 365,6Mbps.

Em 2024, continuamos expandindo a rede de fibra da Companhia em ritmo acelerado, atingindo 444 cidades do Brasil e 29,1 milhões de casas passadas (+11,2% a/a).

O aumento da cobertura 5G também foi foco dos nossos investimentos e já atingiu 504 municípios (+2,9x a/a), representando 61,3% da população brasileira.

Como reconhecimento das nossas iniciativas, de acordo com a premiação da OpenSignal 5G Global Mobile Network Experience Awards 2024, nosso 5G teve a maior velocidade de download do mundo na categoria de grande extensão territorial, atingindo 365,6Mbps.

Em 2024, continuamos expandindo a rede de fibra da Companhia em ritmo acelerado, atingindo 444 cidades do Brasil e 29,1 milhões de casas passadas (+11,2% a/a).

O aumento da cobertura 5G também foi foco dos nossos investimentos e já atingiu 504 municípios (+2,9x a/a), representando 61,3% da população brasileira.

Como reconhecimento das nossas iniciativas, de acordo com a premiação da OpenSignal 5G Global Mobile Network Experience Awards 2024, nosso 5G teve a maior velocidade de download do mundo na categoria de grande extensão territorial, atingindo 365,6Mbps.

Em 2024, continuamos expandindo a rede de fibra da Companhia em ritmo acelerado, atingindo 444 cidades do Brasil e 29,1 milhões de casas passadas (+11,2% a/a).

O aumento da cobertura 5G também foi foco dos nossos investimentos e já atingiu 504 municípios (+2,9x a/a), representando 61,3% da população brasileira.

Como reconhecimento das nossas iniciativas, de acordo com a premiação da OpenSignal 5G Global Mobile Network Experience Awards 2024, nosso 5G teve a maior velocidade de download do mundo na categoria de grande extensão territorial, atingindo 365,6Mbps.

Em 2024, continuamos expandindo a rede de fibra da Companhia em ritmo acelerado, atingindo 444 cidades do Brasil e 29,1 milhões de casas passadas (+11,2% a/a).

O aumento da cobertura 5G também foi foco dos nossos investimentos e já atingiu 504 municípios (+2,9x a/a), representando 61,3% da população brasileira.

Como reconhecimento das nossas iniciativas, de acordo com a premiação da OpenSignal 5G Global Mobile Network Experience Awards 2024, nosso 5G teve a maior velocidade de download do mundo na categoria de grande extensão territorial, atingindo 365,6Mbps.

Em 2024, continuamos expandindo a rede de fibra da Companhia em ritmo acelerado, atingindo 444 cidades do Brasil e 29,1 milhões de casas passadas (+11,2% a/a).

O aumento da cobertura 5G também foi foco dos nossos investimentos e já atingiu 504 municípios (+2,9x a/a), representando 61,3% da população brasileira.

Como reconhecimento das nossas iniciativas, de acordo com a premiação da OpenSignal 5G Global Mobile Network Experience Awards 2024, nosso 5G teve a maior velocidade de download do mundo na categoria de grande extensão territorial, atingindo 365,6Mbps.

Em 2024, continuamos expandindo a rede de fibra da Companhia em ritmo acelerado, atingindo 444 cidades do Brasil e 29,1 milhões de casas passadas (+11,2% a/a).

O aumento da cobertura 5G também foi foco dos nossos investimentos e já atingiu 504 municípios (+2,9x a/a), representando 61,3% da população brasileira.

Como reconhecimento das nossas iniciativas, de acordo com a premiação da OpenSignal 5G Global Mobile Network Experience Awards 2024, nosso 5G teve a maior velocidade de download do mundo na categoria de grande extensão territorial, atingindo 365,6Mbps.

Em 2024, continuamos expandindo a rede de fibra da Companhia em ritmo acelerado, atingindo 444 cidades do Brasil e 29,1 milhões de casas passadas (+11,2% a/a).

O aumento da cobertura 5G também foi foco dos nossos investimentos e já atingiu 504 municípios (+2,9x a/a), representando 61,3% da população brasileira.

Como reconhecimento das nossas iniciativas, de acordo com a premiação da OpenSignal 5G Global Mobile Network Experience Awards 2024, nosso 5G teve a maior velocidade de download do mundo na categoria de grande extensão territorial, atingindo 365,6Mbps.

Em 2024, continuamos expandindo a rede de fibra da Companhia em ritmo acelerado, atingindo 444 cidades do Brasil e 29,1 milhões de casas passadas (+11,2% a/a).

O aumento da cobertura 5G também foi foco dos nossos investimentos e já atingiu 504 municípios (+2,9x a/a), representando 61,3% da população brasileira.

Como reconhecimento das nossas iniciativas, de acordo com a premiação da OpenSignal 5G Global Mobile Network Experience Awards 2024, nosso 5G teve a maior velocidade de download do mundo na categoria de grande extensão territorial, atingindo 365,6Mbps.

Em 2024, continuamos expandindo a rede de fibra da Companhia em ritmo acelerado, atingindo 444 cidades do Brasil e 29,1 milhões de casas passadas (+11,2% a/a).

O aumento da cobertura 5G também foi foco dos nossos investimentos e já atingiu 504 municípios (+2,9x a/a), representando 61,3% da população brasileira.

Como reconhecimento das nossas iniciativas, de acordo com a premiação da OpenSignal 5G Global Mobile Network Experience Awards 2024, nosso 5G teve a maior velocidade de download do mundo na categoria de grande extensão territorial, atingindo 365,6Mbps.

Em 2024, continuamos expandindo a rede de fibra da Companhia em ritmo acelerado, atingindo 444 cidades do Brasil e 29,1 milhões de casas passadas (+11,2% a/a).

O aumento da cobertura 5G também foi foco dos nossos investimentos e já atingiu 504 municípios (+2,9x a/a), representando 61,3% da população brasileira.

Como reconhecimento das nossas iniciativas, de acordo com a premiação da OpenSignal 5G Global Mobile Network Experience Awards 2024, nosso 5G teve a maior velocidade de download do mundo na categoria de grande extensão territorial, atingindo 365,6Mbps.

Em 2024, continuamos expandindo a rede de fibra da Companhia em ritmo acelerado, atingindo 444 cidades do Brasil e 29,1 milhões de casas passadas (+11,2% a/a).

O aumento da cobertura 5G também foi foco dos nossos investimentos e já atingiu 504 municípios (+2,9x a/a), representando 61,3% da população brasileira.

Como reconhecimento das nossas iniciativas, de acordo com a premiação da OpenSignal 5G Global Mobile Network Experience Awards 2024, nosso 5G teve a maior velocidade de download do mundo na categoria de grande extensão territorial, atingindo 365,6Mbps.

Em 2024, continuamos expandindo a rede de fibra da Companhia em ritmo acelerado, atingindo 444 cidades do Brasil e 29,1 milhões de casas passadas (+11,2% a/a).

O aumento da cobertura 5G também foi foco dos nossos investimentos e já atingiu 504 municípios (+2,9x a/a), representando 61,3% da população brasileira.

Como reconhecimento das nossas iniciativas, de acordo com a premiação da OpenSignal 5G Global Mobile Network Experience Awards 2024, nosso 5G teve a maior velocidade de download do mundo na categoria de grande extensão territorial, atingindo 365,6Mbps.

Em 2024, continuamos expandindo a rede de fibra da Companhia em ritmo acelerado, atingindo 444 cidades do Brasil e 29,1 milhões de casas passadas (+11,2% a/a).

O aumento da cobertura 5G também foi foco dos nossos investimentos e já atingiu 504 municípios (+2,9x a/a), representando 61,3% da população brasileira.

Como reconhecimento das nossas iniciativas, de acordo com a premiação da OpenSignal 5G Global Mobile Network Experience Awards 2024, nosso 5G teve a maior velocidade de download do mundo na categoria de grande extensão territorial, atingindo 365,6Mbps.

Em 2024, continuamos expandindo a rede de fibra da Companhia em ritmo acelerado, atingindo 444 cidades do Brasil e 29,1 milhões de casas passadas (+11,2% a/a).

O aumento da cobertura 5G também foi foco dos nossos investimentos e já atingiu 504 municípios (+2,9x a/a), representando 61,3% da população brasileira.

Como reconhecimento das nossas iniciativas, de acordo com a premiação da OpenSignal 5G Global Mobile Network Experience Awards 2024, nosso 5G teve a maior velocidade de download do mundo na categoria de grande extensão territorial, atingindo 365,6Mbps.

Em 2024, continuamos expandindo a rede de fibra da Companhia em ritmo acelerado, atingindo 444 cidades do Brasil e 29,1 milhões de casas passadas (+11,2% a/a).

O aumento da cobertura 5G também foi foco dos nossos investimentos e já atingiu 504 municípios (+2,9x a/a), representando 61,3% da população brasileira.

Como reconhecimento das nossas iniciativas, de acordo com a premiação da OpenSignal 5G Global Mobile Network Experience Awards 2024, nosso 5G teve a maior velocidade de download do mundo na categoria de grande extensão territorial, atingindo 365,6Mbps.

Em 2024, continuamos expandindo a rede de fibra da Companhia em ritmo acelerado, atingindo 444 cidades do Brasil e 29,1 milhões de casas passadas (+11,2% a/a).

O aumento da cobertura 5G também foi foco dos nossos investimentos e já atingiu 504 municípios (+2,9x a/a), representando 61,3% da população brasileira.

Como reconhecimento das nossas iniciativas, de acordo com a premiação da OpenSignal 5G Global Mobile Network Experience Awards 2024, nosso 5G teve a maior velocidade de download do mundo na categoria de grande extensão territorial, atingindo 365,6Mbps.

Em 2024, continuamos expandindo a rede de fibra da Companhia em ritmo acelerado, atingindo 444 cidades do Brasil e 29,1 milhões de casas passadas (+11,2% a/a).

O aumento da cobertura 5G também foi foco dos nossos investimentos e já atingiu 504 municípios (+2,9x a/a), representando 61,3% da população brasileira.

Como reconhecimento das nossas iniciativas, de acordo com a premiação da OpenSignal 5G Global Mobile Network Experience Awards 2024, nosso 5G teve a maior velocidade de download do mundo na categoria de grande extensão territorial, atingindo 365,6Mbps.

Em 2024, continuamos expandindo a rede de fibra da Companhia em ritmo acelerado, atingindo 444 cidades do Brasil e 29,1 milhões de casas passadas (+11,2% a/a).

O aumento da cobertura 5G também foi foco dos nossos investimentos e já atingiu 504 municípios (+2,9x a/a), representando 61,3% da população brasileira.

Como reconhecimento das nossas iniciativas, de acordo com a premiação da OpenSignal 5G Global Mobile Network Experience Awards 2024, nosso 5G teve a maior velocidade de download do mundo na categoria de grande extensão territorial, atingindo 365,6Mbps.

Em 2024, continuamos expandindo a rede de fibra da Companhia em ritmo acelerado, atingindo 444 cidades do Brasil e 29,1 milhões de casas passadas (+11,2% a/a).

O aumento da cobertura 5G também foi foco dos nossos investimentos e já atingiu 504 municípios (+2,9x a/a), representando 61,3% da população brasileira.

Como reconhecimento das nossas iniciativas, de acordo com a premiação da OpenSignal 5G Global Mobile Network Experience Awards 2024, nosso 5G teve a maior velocidade de download do mundo na categoria de grande extensão territorial, atingindo 365,6Mbps.

Em 2024, continuamos expandindo a rede de fibra da Companhia em ritmo acelerado, atingindo 444 cidades do Brasil e 29,1 milhões de casas passadas (+11,2% a/a).

O aumento da cobertura 5G também foi foco dos nossos investimentos e já atingiu 504 municípios (+2,9x a/a), representando 61,3% da população brasileira.

Como reconhecimento das nossas iniciativas, de acordo com a premiação da OpenSignal 5G Global Mobile Network Experience Awards 2024, nosso 5G teve a maior velocidade de download do mundo na categoria de grande extensão territorial, atingindo 365,6Mbps.

Em 2024, continuamos expandindo a rede de fibra da Companhia em ritmo acelerado, atingindo 444 cidades do Brasil e 29,1 milhões de casas passadas (+11,2% a/a).

O aumento da cobertura 5G também foi foco dos nossos investimentos e já atingiu 504 municípios (+2,9x a/a), representando 61,3% da população brasileira.

Como reconhecimento das nossas iniciativas, de acordo com a premiação da OpenSignal 5G Global Mobile Network Experience Awards 2024, nosso 5G teve a maior velocidade de download do mundo na categoria de grande extensão territorial, atingindo 365,6Mbps.

Em 2024, continuamos expandindo a rede de fibra da Companhia em ritmo acelerado, atingindo 444 cidades do Brasil e 29,1 milhões de casas passadas (+11,2% a/a).

O aumento da cobertura 5G também foi foco dos nossos investimentos e já atingiu 504 municípios (+2,9x a/a), representando 61,3% da população brasileira.

Como reconhecimento das nossas iniciativas, de acordo com a premiação da OpenSignal 5G Global Mobile Network Experience Awards 2024, nosso 5G teve a maior velocidade de download do mundo na categoria de grande extensão territorial, atingindo 365,6Mbps.

Em 2024, continuamos expandindo a rede de fibra da Companhia em ritmo acelerado, atingindo 444 cidades do Brasil e 29,1 milhões de casas passadas (+11,2% a/a).

O aumento da cobertura 5G também foi foco dos nossos investimentos e já atingiu 504 municípios (+2,9x a/a), representando 61,3% da população brasileira.

Como reconhecimento das nossas iniciativas, de acordo com a premiação da OpenSignal 5G Global Mobile Network Experience Awards 2024, nosso 5G teve a maior velocidade de download do mundo na categoria de grande extensão territorial, atingindo 365,6Mbps.

Em 2024, continuamos expandindo a rede de fibra da Companhia em ritmo acelerado, atingindo 444 cidades do Brasil e 29,1 milhões de casas passadas (+11,2% a/a).

O aumento da cobertura 5G também foi foco dos nossos investimentos e já atingiu 504 municípios (+2,9x a/a), representando 61,3% da população brasileira.

Como reconhecimento das nossas iniciativas, de acordo com a premiação da OpenSignal 5G Global Mobile Network Experience Awards 2024, nosso 5G teve a maior velocidade de download do mundo na categoria de grande extensão territorial, atingindo 365,6Mbps.

Em 2024, continuamos expandindo a rede de fibra da Companhia em ritmo acelerado, atingindo 444 cidades do Brasil e 29,1 milhões de casas passadas (+11,2% a/a).

O aumento da cobertura 5G também foi foco dos nossos investimentos e já atingiu 504 municípios (+2,9x a/a), representando 61,3% da população brasileira.

Como reconhecimento das nossas iniciativas, de acordo com a premiação da OpenSignal 5G Global Mobile Network Experience Awards 2024, nosso 5G teve a maior velocidade de download do mundo na categoria de grande extensão territorial, atingindo 365,6Mbps.

Em 2024, continuamos expandindo a rede de fibra da Companhia em ritmo acelerado, atingindo 444 cidades do Brasil e 29,1 milhões de casas passadas (+11,2% a/a).

O aumento da cobertura 5G também foi foco dos nossos investimentos e já atingiu 504 municípios (+2,9x a/a), representando 61,3% da população brasileira.

Como reconhecimento das nossas iniciativas, de acordo com a premiação da OpenSignal 5G Global Mobile Network Experience Awards 2024, nosso 5G teve a maior velocidade de download do mundo na categoria de grande extensão territorial, atingindo 365,6Mbps.

Em 2024, continuamos expandindo a rede de fibra da Companhia em ritmo acelerado, atingindo 444 cidades do Brasil e 29,

continuação



Telefônica

Companhia Aberta

CNPJ/MF nº 02.558.157/0001-62 - NIRE 35.3.0015.881-4



Telefônica

Companhia Aberta

CNPJ/MF nº 02.558.157/0001-62 - NIRE 35.3.0015.881-4

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS					
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)					
	Nota	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Receita operacional líquida	25.b	53.731.794	50.276.078	55.845.048	52.100.151
Custos dos serviços prestados e mercadorias vendidas	26	(29.762.033)	(27.964.836)	(31.352.158)	(29.415.400)
Lucro bruto		23.969.761	22.311.242	24.492.890	22.684.751
(Despesas) Receitas operacionais		(15.378.887)	(14.322.196)	(15.819.378)	(14.766.926)
Despesas com comercialização	26	(12.736.405)	(12.260.404)	(12.953.799)	(12.439.240)
Despesas gerais e administrativas	26	(3.080.367)	(2.870.052)	(3.205.014)	(2.957.296)
Outras receitas operacionais, líquidas	27	356.147	679.430	343.786	640.320
Resultado de equivalência patrimonial	12.c.	81.738	128.830	(4.351)	(10.710)
Lucro operacional		8.590.874	7.989.046	8.673.512	7.917.825
Despesas financeiras, líquidas	28.b	(1.917.527)	(2.378.428)	(1.909.703)	(2.343.909)
Lucro antes dos tributos		6.673.347	5.610.618	6.763.809	5.573.916
Imposto de renda e contribuição social	8.f	(1.125.399)	(581.229)	(1.206.477)	(533.939)
Lucro líquido do exercício		5.547.948	5.029.389	5.557.332	5.039.977
Atribuíveis a:					
Acionistas controladores		5.547.948	5.029.389	5.547.948	5.029.389
Acionistas não controladores	24.h	-	-	9.384	10.588
Lucro básico e diluído por ação ordinária (em R\$)	24.i	3,38	3,03		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES					
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)					
	Nota	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Lucro líquido do exercício		5.547.948	5.029.389	5.557.332	5.039.977
Outros resultados abrangentes líquidos que podem ser reclassificados para resultado em exercícios subsequentes		25.159	(5.414)	25.159	(5.414)
Ganhos (perdas) com instrumentos financeiros derivativos	24.f.	898	(922)	898	(922)
Tributos	8.e.	(305)	314	(305)	314
Ajustes acumulados de conversão de operações em moeda estrangeira	12.c.	24.566	(4.806)	24.566	(4.806)
Outros resultados abrangentes líquidos que não podem ser reclassificados para resultado em exercícios subsequentes		364.465	(96.981)	367.275	(99.017)
Perdas não realizados em ativos financeiros a valor justo através de outros resultados abrangentes	24.f.	(21)	(90)	(21)	(90)
Tributos	8.e.	8	30	8	30
Ganhos (perdas) atuariais e efeitos da limitação de ativos dos planos superavitários	31.c.	552.240	(146.851)	555.441	(147.882)
Tributos	8.e.	(187.762)	49.930	(188.153)	48.925
Equivalência patrimonial no resultado abrangente das investidas, decorrentes de perdas atuariais e efeitos da limitação de ativos dos planos superavitários	12.c.	2.821	(2.239)	-	-
Outros resultados abrangentes		392.445	(104.634)	392.434	(104.431)
Total do resultado abrangente do exercício, líquido dos tributos		5.940.393	4.924.755	5.949.766	4.935.546
Atribuíveis a:					
Acionistas controladores		5.940.393	4.924.755	5.940.393	4.924.755
Acionistas não controladores		-	-	9.373	10.791

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO					
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)					
	Nota	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Receitas		64.620.115	61.817.616	66.875.570	63.726.436
Venda de mercadorias e serviços		64.464.106	60.676.361	66.856.497	62.754.879
Outras receitas		1.531.729	2.355.256	1.542.336	2.334.235
Perdas estimadas para redução ao valor recuperável das contas a receber	26	(1.375.720)	(1.214.001)	(1.523.263)	(1.362.678)
Insumos adquiridos de terceiros		(22.970.738)	(23.391.533)	(24.508.293)	(24.580.681)
Custo dos produtos, mercadorias e dos serviços vendidos		(16.116.245)	(16.206.174)	(17.669.276)	(17.458.780)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(7.233.047)	(7.536.739)	(7.217.069)	(7.472.450)
Perda/Recuperação de ativos		378.554	351.380	378.052	350.549
Valor adicionado bruto		41.649.377	38.426.083	42.367.277	39.145.755
Retenções		(14.176.842)	(13.292.525)	(14.202.285)	(13.389.573)
Depreciação e amortização	26	(14.176.842)	(13.292.525)	(14.202.285)	(13.389.573)
Valor adicionado líquido produzido		27.472.535	25.133.558	28.164.992	25.756.182
Valor adicionado recebido em transferência		1.559.443	2.093.841	1.539.922	2.031.458
Resultado de equivalência patrimonial	12.c.	81.738	128.830	(4.351)	(10.710)
Receitas financeiras	28	1.477.705	1.965.011	1.544.273	2.042.168
Valor adicionado total a distribuir		29.031.978	27.227.399	29.704.914	27.787.640
Distribuição do valor adicionado		29.031.978	27.227.399	29.704.914	27.787.640
Pessoal, encargos e benefícios sociais		6.205.688	5.871.786	6.556.767	6.181.499
Remuneração direta		4.093.544	3.878.854	4.325.367	4.086.234
Benefícios		1.841.620	1.741.694	1.940.155	1.826.265
FGTS		270.524	251.238	291.245	269.000
Impostos, taxas e contribuições		12.549.084	10.816.742	12.812.054	11.009.436
Federal		5.358.208	4.702.755	5.571.921	4.817.809
Estadual		6.991.072	5.890.014	6.998.596	5.930.435
Municipal		199.804	223.973	241.537	261.192
Remuneração de capitais de terceiros		4.729.258	5.509.482	4.778.761	5.556.728
Juros		3.339.934	4.272.783	3.392.416	4.310.993
Aluguéis		1.389.324	1.236.699	1.386.345	1.245.735
Remuneração de capitais próprios		5.547.948	5.029.389	5.557.332	5.039.977
Juros sobre o capital próprio	24.e.	3.105.000	2.586.000	3.105.000	2.586.000
Lucros retidos		2.442.948	2.443.389	2.442.948	2.443.389
Participação de acionistas não controladores	24.h.	-	-	9.384	10.588

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO													
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)													
		Reservas de capital				Reservas de lucro							
		Capital social	Reserva especial de ágio	Ações em tesouraria	Outras reservas de capital	Reserva legal	Ações em tesouraria	Incentivos fiscais	Reserva para remuneração aos acionistas e investimentos	Lucros acumulados	Dividendo adicional proposto	Ajuste de avaliação patrimonial	Patrimônio líquido da controladora
	Nota												
Saldos em 31 de dezembro de 2022		63.571.416	63.074	(607.443)	693.778	3.589.552	-	214.449	-	-	826.731	52.183	68.403.740
Dividendo adicional proposto do exercício de 2022	24.e.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(826.731)	-	(826.731)
Juros sobre o capital próprio e dividendos prescritos	24.e.	-	-	-	-	-	-	-	-	139.766	-	-	139.766
Transferência de incentivos fiscais	24.d.	-	-	-	-	-	-	99.132	-	(99.132)	-	-	-
Cancelamento de ações ordinárias da Companhia	24.a.	-	-	693.586	(693.586)	-	-	-	-	-	-	-	-
Recompra de ações ordinárias da Companhia	24.a.	-	-	(86.337)	-	-	(402.421)	-	-	-	-	-	(488.758)
Equivalência patrimonial em transações de capital em investidas	12.c.	-	-	-	23	-	-	-	-	-	-	-	23
Efeitos de acionistas não controladores em investimentos na Vivo Ventures	12.c.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	511
Outros resultados abrangentes	24.f./31.c.	-	-	-	-	-	-	-	-	(99.160)	(5.474)	(104.634)	203
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	-	5.029.389	-	-	10.588
Destinação do lucro:													
Reserva legal	24.d.	-	-	-	-	251.470	-	-	-	(251.470)	-	-	-
Juros sobre o capital próprio intermediários (Companhia) e dividendos mínimos obrigatórios (controlada)	24.e.	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.586.000)	-	-	(2.586.000)
Cancelamento de ações - programa de recompra de ações	24.a.	-	-	-	-	-	402.421	-	-	(402.421)	-	-	-
Reserva para remuneração aos acionistas e investimentos	24.d.	-	-	-	-	-	-	-	1.730.972	(1.730.972)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023		63.571.416	63.074	(194)	215	3.841.022	-	313.581	1.730.972	-	46.709	69.566.795	60.525
Redução de Capital Social - AGE 24/01/24	24.a.	(1.500.000)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.500.000)
Juros sobre o capital próprio e dividendos prescritos	24.e.	-	-	-	-	-	-	-	-	126.977	-	-	126.977
Transferência de incentivos fiscais	24.d.	-	-	-	-	-	113.352	-	-	(113.352)	-	-	-
Recompra de ações ordinárias da Companhia	24.a.	-	-	-	-	-	(1.299.583)	-	-	-	-	-	(1.299.583)
Efeitos de acionistas não controladores em investimentos na Vivo Ventures	12.c	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.990
Outros resultados abrangentes	24.f./31.c.	-	-	-	-	-	-	-	-	367.299	25.146	392.445	(11)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	-	5.547.948	-	-	9.384
Destinação do lucro:													
Reserva legal	24.d.	-	-	-	-	277.397	-	-	-	(277.397)	-	-	-
Juros sobre o capital próprio intermediários (Companhia) e dividendos mínimos obrigatórios (controlada)	24.e.	-	-	-	-	-	-	-	-	(3.105.000)	-	-	(3.105.000)
Cancelamento de ações - programa de recompra de ações	24.a.	-	-	-	-	-	1.099.584	-	-	(1.099.584)	-	-	-
Reserva para remuneração aos acionistas e investimentos	24.d.	-	-	-	-	-	-	-	1.446.891	(1.446.891)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024		62.071.416	63.074	(194)	215	4.118.419	(199.999)	426.933	3.177.863	-	71.855	69.729.582	69.913

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS				
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)				
1. A COMPANHIA E SUAS OPERAÇÕES				
1.1. Informações gerais				
<p>A Telefônica Brasil S.A. ("Companhia" ou "Telefônica Brasil"), em conjunto com suas controladas ("Consolidado"), é uma sociedade por ações de capital aberto, tendo como principais atividades a exploração de serviços de telecomunicações; desenvolvimento das atividades necessárias ou úteis à execução desses serviços, em conformidade com as concessões, autorizações e permissões que lhes foram outorgadas; exploração de serviços de valor adicionado; exploração de soluções integradas, gestão e prestação de serviços relacionados a: (i) <i>data center</i>, incluindo hospedagem e <i>colocation</i>; (ii) armazenamento, processamento e gerenciamento de dados, informações, textos, imagens, vídeos, aplicativos e sistemas de informações e congêneres; (iii) tecnologia da informação; (iv) segurança da informação e da comunicação; e (v) sistemas de segurança eletrônica; licenciamento e sublicenciamento de <i>softwares</i> de qualquer natureza, entre outros.</p> <p>A Companhia tem sua sede à Avenida Engenheiro Luís Carlos Berrini, nº 1376, na capital do Estado de São Paulo, Brasil e pertence ao Grupo Telefônica ("Grupo"), com sede na Espanha e presente em diversos países da Europa e América Latina.</p> <p>Em 31 de dezembro de 2024, a Telefônica S.A. ("Telefônica"), empresa holding do Grupo, possuía uma participação total direta e indireta no capital social da Companhia de 76,30% (75,29% em 31 de dezembro de 2023), nota 24.a.</p> <p>A Companhia é registrada na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e tem suas ações negociadas na B3. É também registrada na <i>Securities and Exchange Commission</i> ("SEC"), dos Estados Unidos da América, sendo suas <i>American Depositary Shares</i> ("ADSs") lastreadas apenas em ações ordinárias e negociadas na Bolsa de Valores de Nova Iorque ("New York Stock Exchange" - "NYSE").</p>				
1.1. Operações				
<p>A Companhia atua na prestação de: (i) Serviço Telefônico Fijo Comutado ("STFC"); (ii) Serviço de Comunicação Multimídia ("SCM") - comunicação de dados, inclusive internet em banda larga; (iii) Serviço Móvel Pessoal ("SMP"); (iv) Serviço de Acesso Condicionado ("SEAC" - TV por assinatura); (v) Serviço Limitado Privado ("SLP") e (vi) Serviço Móvel Global por Satélite ("SMGS") em todo o território brasileiro, por meio de concessões e autorizações, além de outras atividades.</p> <p>As concessões e autorizações são outorgadas pela Agência Nacional de Telecomunicações ("ANATEL"), órgão responsável pela regulação do setor de telecomunicações no Brasil, nos termos da Lei Geral das Telecomunicações ("LGT"), Lei nº 9.472/1997.</p> <p>Serviço Móvel Pessoal - SMP</p> <p>As autorizações de uso de espectro de radiofrequências do SMP, antes da publicação da Lei nº 13.879/2019, eram comumente concedidas por 15 anos (em geral) e podiam ser prorrogadas uma única vez, por este mesmo período. Com a revisão normativa viabilizada pela referida Lei, prorrogações sucessivas de outorgas passaram a ser permitidas, mas a aplicabilidade deste instrumento aos termos atualmente vigentes era incerta até a edição do Decreto nº 10.402/2020, que detalhou os requisitos atinentes ao novo regime de prorrogações sucessivas e esclareceu que as autorizações atuais também estão abarcadas pelo referido regime.</p> <p>O Decreto definiu, ainda, as condições a serem consideradas pela ANATEL no âmbito das solicitações de prorrogação, tais como a garantia do uso eficiente de espectro, os aspectos concorrenciais, o atendimento ao interesse público e o cumprimento das obrigações já assumidas com a ANATEL.</p> <p>Convém observar que, na interpretação do Tribunal de Contas da União ("TCU"), solicitações de prorrogação devem ser avaliadas sob a perspectiva de que uma nova licitação do espectro é a regra e que, caso a ANATEL pretenda anular a prorrogação pretendida pela prestadora, deverá comprovar o atendimento das condições trazidas pelo Decreto supramencionado.</p> <p>Para as autorizações de uso de radiofrequência adquiridas previamente ao leilão do 5G ocorrido em 2021, a cada biênio, após a primeira prorrogação, a Companhia deverá pagar ônus equivalente a 2% da receita auferida através da prestação do SMP no ano anterior ao do pagamento, líquida de impostos e contribuições sociais incidentes (nota 23), sendo que, para determinados termos, no 15º ano a Companhia deverá pagar o equivalente a 1% de sua receita no ano anterior. No cálculo será considerada a receita líquida decorrente da aplicação dos Planos de Serviços Básicos e Alternativos. Em autorizações expedidas nas subfaixas de 700MHz, 2100MHz, 2500MHz e em parte das autorizações de 900/1800MHz, o cálculo do ônus também incide sobre a remuneração de uso de rede (interconexão).</p> <p>Em julho de 2018, a ANATEL publicou a Resolução nº 695 com um novo regulamento de preço público do espectro. Esta Resolução fixou novos critérios para os custos de prorrogação das licenças. A fórmula considera fatores como tempo de autorização, receita auferida na região e quantidade de espectro usado pela prestadora. Além disso, há previsão para que parte do pagamento possa ser convertida em compromissos de investimento. Contudo, a aplicabilidade da metodologia de cálculo contida na referida Resolução nos casos concretos de prorrogação de autorizações depende de avaliação da ANATEL. Nesse sentido, cabe esclarecer que a ANATEL vem adotando recentemente métodos diversos de cálculo para valoração de prorrogações de autorizações. Ainda dentro desse contexto, a ANATEL submeteu à consulta pública, em novembro de 2023, a revisão do Regulamento de Uso do Espectro ("RUE"), aprovado pela Resolução nº 671, de 3 de novembro de 2016. A minuta submetida pela ANATEL revoga a Resolução nº 695/2018 e consolida diretamente no RUE os regimentos associados à valoração das autorizações de uso do espectro de radiofrequências, estabelecendo, ainda, como metodologia padrão para tanto o método de fluxo de caixa descontado a valor presente líquido ("VPL").</p> <p>Na tabela a seguir, apresentamos de forma resumida, as informações das autorizações de cada subfaixa detida pela Companhia para a utilização no SMP, bem como os eventos ocorridos em 2024 relacionados às suas respectivas prorrogações (quando aplicável).</p>				
Subfaixa - Radiofrequência	Abrangência geográfica	Observações	Verificação das autorizações	
700 MHz	Nacional	-	2023/31	
850 MHz(1)	Nacional (exceto AL, CE, PB, PE, PI e RN)	G0 (setor 24 do PGO); MS (setor 21 do PGO); MG (setor 2 do PGO); RS (setor 29 do PGO) e SP (exceto setor 33 do PGO)	2023/31	
900 MHz	MG, AM, RR, AP, PA, MA, BA, SE e SP (exceto área 11)	Autorizações oriundas da aquisição de parte da UPI Ativos Móveis da Oi em 2022	2023/32	
	Nacional (exceto MG)	-	2023/32	
1.800 MHz	Nacional (exceto área 43 - FR)	Autorizações oriundas da aquisição de parte da UPI Ativos Móveis da Oi em 2022	2023/32	
900 MHz / 1.800 MHz	MG (setor 3 do PGO)	-	2023/32	
	MG (setor 2 do PGO)	-	2023/32	
	Nacional	-	2023/32	
2.100 MHz(2)	ES, MG, AM, AP, PA, MA, RR, AL, CE, PB, PE, PI, RN, AC, RO, MT, MS, TO, GO, DF, SP (exceto setor 33 do PGO), RS, PR e SC	Autorizações oriundas da aquisição de parte da UPI Ativos Móveis da Oi em 2022	2023/32	
2.300 MHz	RJ, SP, ES, MG, AM, AC, AP, RR, RO, TO, PA, MT, MS, GO e DF	SP (exceto setor 33 do PGO); MG (setor 2 do PGO); MS (setor 21 do PGO) e GO (setor 24 do PGO)	2023/31	
2.500 MHz	Nacional	-	2023/31	
3.500 MHz	Nacional	-	2023/31	
26 GHz	Nacional	-	2023/31	
<p>(1) Prorrogação das autorizações em 850 MHz: Em conformidade ao estabelecido pelo Acórdão nº 618, de 26 de novembro de 2020, a ANATEL prorrogou, por 15 anos, a data de 29 de novembro de 2028, os termos de autorização para uso das subfaixas em 850 MHz detidas pela Companhia nos estados de São Paulo, Mato Grosso do Sul, Roraima, Mato Grosso do Sul e Mato Grosso do Sul (exceto setor 22), cujas vigências se encerrarão, respectivamente, nos meses de janeiro, março, julho, julho e setembro de 2024. Assim como para as demais autorizações em 850 MHz, a ANATEL determinou que o valor devido pela prorrogação deverá ser calculado a partir dos parâmetros de valor presente líquido ("VPL"), de modo a refletir, segundo a ANATEL, o real valor econômico (valor de mercado) das subfaixas.</p> <p>(2) Prorrogação das autorizações de 2.100 MHz: Em abril de 2023, a ANATEL decidiu prorrogar as autorizações atuais da Companhia para o uso de radiofrequências de 2.100 MHz até abril de 2038 e submeteu sua decisão à revisão do TCU. Como estas foram as primeiras solicitações de prorrogação previstas nos contratos e processos de licitação que originalmente concederam essas autorizações, a divisão técnica do TCU não identificou evidências de uso irracional, incluindo dessas bandas pela Companhia que justificassem a recusa das prorrogações. No entanto, destacaram a necessidade de adaptar o Artigo 31 da Resolução nº 757/2021 para alinhar com as validades máximas propostas. Em 3 de fevereiro de 2025, a Resolução nº 757/2021 foi revogada pela Resolução nº 671/2025, que aprovou o novo Regulamento para Condições de Uso de Radiofrequências. Em 5 de fevereiro de 2025, o TCU aprovou a prorrogação das autorizações de 2.100 MHz, conforme originalmente proposto pela ANATEL. Esta aprovação foi formalizada através do Acórdão nº 224/2025 - TCU - Plenário.</p>				
Serviço Telefônico Fijo Comutado (STFC)				
<p>O modelo de concessão de STFC, adotado em 1998 com a assinatura dos contratos celebrados graças à privatização do setor de telecomunicações, gerou a verdadeira revolução na prestação de serviços de telecomunicações no Brasil. Ao longo de mais de 20 anos, as concessionárias promoveram a expansão e a universalização do serviço de telefonia fixa que, antes da privatização, era caro, elitista e deixava os consumidores em uma longa fila de espera, de meses ou anos.</p> <p>De acordo com o contrato de concessão do STFC, a cada biênio, durante os 20 anos do contrato, tendo validade até 31 de dezembro de 2025, a Companhia deverá pagar ônus equivalente a 2% da receita do STFC do ano anterior ao pagamento, líquida de impostos e contribuições sociais incidentes (nota 23).</p> <p>Durante esse período, os contratos de concessão sofreram alterações em decorrência de diversos eventos ocorridos ao longo de sua vigência, que repercutiram até os dias de hoje na equação financeira contratada originalmente, ocasionando redução nas receitas e aumentos dos custos planejados. Frente a este cenário e ao fim da vigência dos contratos de concessão se aproximando, é natural buscar-se um consenso com o órgão regulador sobre os eventos relacionados à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos.</p>				

continuação



Telefônica

Telefônica Brasil S.A.

Companhia Aberta

CNPJ/MF nº 02.558.157/0001-62 - NIRE 35.3.0015.881-4

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Nesse sentido, esgotamos as conversações em todas as vias administrativas e, dada a ausência de consenso, celebramos, em 1º de julho de 2021, compromisso arbitral firmado com a ANATEL. A Companhia apresentou à Câmara de Comércio Internacional, em 10 de julho de 2021, requerimento para instauração de uma arbitragem contra a ANATEL, conforme previsto no contrato de concessão e nos termos da Lei 9.307/1996, bem como da própria Lei Geral das Telecomunicações.

Por outro lado, em 4 de outubro de 2019, foi publicada a Lei 13.879/2019 (decretante da PLC 79/2016), que introduziu alterações no quadro regulamentar das telecomunicações, ao permitir que as concessionárias de telefonia fixa migrem de um regime de concessão para um regime de autorização sujeito a menores encargos regulatórios, inclusive os associados à continuidade e universalização do STFC da área de concessão, bem como eventuais restrições sobre os bens associados à sua prestação.

A metodologia, desenvolvida pela ANATEL, com estimativa de valor econômico associado à adaptação do instrumento de concessão para autorização, foi homologada pelo TCU em 22 de março de 2023, mas com determinação de que a ANATEL garanta a adoção de valores próximos aos de mercado para avaliação dos bens reversíveis considerados mais relevantes. O valor do saldo, representado pela Anatel em 24 de julho de 2023, deveria ser avaliado pela Companhia em até 120 (cento e vinte) dias.

Paralelamente, as partes iniciaram debates sobre a possibilidade de potencial solução consensual das matérias expostas na arbitragem, junto ao TCU. Desse modo, a Companhia apresentou pedido de suspensão do procedimento arbitral, que foi corroborado pela ANATEL e aceito pelo TCU, e a ANATEL deferiu a suspensão do prazo de avaliação do saldo da adaptação.

A proposta dos Termos e condições do Acordo de Autocomposição para Adaptação dos Contratos de Concessão do STFC (“Acordo”) para instrumento de autorização foi aprovada em Plenário do TCU em 27 de novembro de 2024 e assinada em 16 de dezembro de 2024. Constitui objeto dos Termos, entre outros: (i) a realização de investimentos pela Companhia, na forma, condições e prazos estabelecidos no presente Termo, em contrapartida à adaptação; (ii) a manutenção da prestação do STFC, nas localidades sem competição adequada contidas na área de prestação dos contratos de concessão do STFC que serão extintos, até 31 de dezembro de 2028; (iii) encerramento dos processos administrativos e judiciais diretamente relacionados à concessão do STFC (nota 20); e (iv) destituição por parte da Companhia do procedimento arbitral (acima referido).

A execução dos projetos relacionados aos itens (i) e (ii) perfaz um VPL de R\$4,5 bilhões.

Após a aprovação do Termo de Autocomposição junto à ANATEL, ao TCU e a União Federal, por intermédio do Ministério das Comunicações, e diante da decisão da Companhia de efetivar a migração do regime de concessão para o de autorização, ocorrerá a assinatura e emissão do Termo Único pela ANATEL, prevista para ocorrer até o final do primeiro trimestre de 2025, momento em que os ativos da Companhia utilizados no STFC deixarão de ser considerados bens reversíveis.

Riscos relativos ao setor de telecomunicações no Brasil e a Companhia

O negócio da Companhia está sujeito à ampla regulação, incluindo mudanças que possam ocorrer durante os prazos dos contratos de concessão e das autorizações da Companhia para prestar serviços de telecomunicações no Brasil. A ANATEL, a entidade reguladora do setor de telecomunicações no país, regula, entre outras questões: políticas e regulamentação do setor; licenciamento; taxas e tarifas; aspectos concorrenciais, incluindo, a capacidade da Companhia de crescer através da aquisição de outras empresas de telecomunicações; padrões de serviço, técnicos e de qualidade; direitos do consumidor; penalidades e outras sanções relacionadas a interconexão e acordos; além de obrigações ligadas à universalização dos serviços.

A estrutura de regulamentação das telecomunicações no Brasil está evoluindo continuamente. A interpretação e cumprimento de regulamentos, a avaliação de atendimento de normas e a flexibilidade de autorizações reguladoras são marcadas pela incerteza. A Companhia opera sob autorizações e uma concessão do governo brasileiro, e a capacidade de manter estas autorizações e concessões é uma pré-condição para o sucesso da Companhia. No entanto, devido à natureza mutável do marco regulatório brasileiro, a Companhia não pode assegurar que a ANATEL não modificará adversamente os termos das autorizações e/ou licenças. De acordo com as autorizações e licenças da Companhia para operar, a Companhia deve cumprir requisitos específicos e manter um mínimo de qualidade, cobertura e padrões de serviço. Uma eventual falha no cumprimento destes requisitos pode resultar na imposição de multas, penalidades ou outras reações regulamentares, incluindo o término das autorizações e concessões para operar. Uma rescisão parcial ou total de quaisquer autorizações, licenças e concessões da Companhia para operar teria um efeito adverso substancial sobre nossos negócios, condição financeira, receitas, resultados operacionais e perspectivas da Companhia.

Nos últimos anos, a ANATEL tem revisado e introduzido mudanças regulatórias, especialmente com relação a medidas de concorrência assimétricas e taxas de interconexão cobradas entre operadores locais de serviços de telecomunicações. Medidas de concorrência assimétricas podem incluir regulamentos destinados a reequilibrar os mercados onde um ou mais participantes detêm poder de mercado significativamente distinto sobre outros concorrentes.

Nesse sentido, faz-se importante ressaltar que, conforme consta na agenda regulatória para o biênio 2023-2024 da ANATEL, foi submetida à Consulta Pública em novembro de 2023 a revisão do Plano Geral de Metas de Competição (“PGMC”), aprovado pela Resolução nº 600, de 8 de novembro de 2012 e atualizado pela Resolução nº 694, de 17 de julho de 2018, que concentra, em um único instrumento normativo, um conjunto de medidas específicas destinadas à promoção da competição e estabelece os marcos para futuras reavaliações sobre o desempenho da competição setorial. Esta revisão, que ocorre a cada quatro anos e teve início a partir da publicação da consulta pública nº 64, de 6 de novembro de 2023, se dedica à reavaliação dos mercados relevantes no setor, das medidas regulatórias assimétricas e dos detentores de Poder de Mercado Significativo (“PMS”), anteriormente estabelecidos pelo próprio regulamento.

A expectativa, sinalizada na ANATEL do biênio 2025-2026 (debatida na Consulta Pública nº 46, de 11 de setembro de 2024 e aprovada pela Resolução Interna ANATEL nº399/2024, de 30 de dezembro de 2024), é de que o novo PGMC seja publicado no segundo semestre de 2025. Conforme apontado anteriormente, também em novembro de 2023, a ANATEL submeteu à consulta pública a revisão do Regulamento de Uso do Espectro (“RUE”), aprovado pela Resolução nº 671, de 3 de novembro de 2016. A nova redação proposta pela ANATEL inclui, entre outras mudanças, novos regimentos para concessão de autorizações de uso de espectro em caráter secundário, além de alterações nos procedimentos de avaliação do uso eficiente do espectro pela ANATEL. A expectativa, sinalizada na ANATEL do biênio 2025-2026, é de que o novo RUE seja publicado também no segundo semestre de 2025.

Sem prejuízo da revisão do PGMC mencionada acima, a aquisição da UPI dos ativos móveis da Oi Móvel S.A. pelas três maiores operadoras do mercado SMP brasileiro (Vivo, Claro e TIM) (“Operação”), despertou preocupações de ordem concorrencial identificadas pela ANATEL e pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (“CADE”), que impuseram remédios regulatórios a fim de preservar as condições de concorrência nos mercados relevantes afetados pela Operação, dentre os quais destacamos: (i) Oferta de Referência no Mercado Relevante de Roaming setorial; (ii) Oferta de Referência para exploração do SMP por meio de Rede Virtual - MVNO (“ORPA de MVNO”); (iii) Oferta de Cessão Temporária e Onerosa de Direitos de Uso de Radiofrequência; e (iv) Oferta de Exploração Industrial de Rede. Com relação à Oferta de Referência do Produto de Atacado de *Roaming* Nacional (“ORPA de *Roaming* Nacional”), a versão publicada ao mercado para dar cumprimento ao remédio regulatório acima mencionado utiliza como base os valores de referência aprovados e calculados, pela ANATEL, a partir da aplicação de nova metodologia para estudo do modelo de custos do mercado de *roaming* nacional (modelo LRIC + bottom-up - Ato nº 8822/2022). Em decorrência da alteração da metodologia utilizada, os novos valores de referência apresentam redução significativa quando comparados aos valores de referência anteriormente vigentes (modelo FAC-HCA top down - Ato nº 9157/2018).

Ainda sobre as Ofertas acima mencionadas, especificamente a ORPA de MVNO e a ORPA de *Roaming* Nacional (“ORPAs”) estavam em debate no âmbito da ANATEL para discussão dos seguintes conceitos: (i) Exigência de Exclusividade das Empresas Contratantes: a ANATEL deliberou, para a ORPA de MVNO, que a exigência de exclusividade viola a Res. 550/2010 e por isso não pode ser mantida como uma condição. Para a ORPA de *Roaming*, a exclusividade somente poderá ser exigida nos casos de contratação (a) do *Roaming* Nacional em regime de Exploração Industrial e (b) do *Roaming* Nacional convencional (uso transitório) apenas na rede 5GSA; e (ii) Cobrança de Franquia Mínima Mensal: a ANATEL deliberou que em ambas as ORPAs a franquia mínima mensal não poderá ser cobrada pelo prazo de 05 (cinco) anos.

Atualmente a Companhia possui contratos firmados com a possibilidade de cobrança da franquia mínima mensal tanto no mercado de *Roaming* Nacional quanto no mercado de MVNO, de modo que os contratos vigentes a depender das empresas contratantes poderão ser migrados para as novas ofertas atualizadas.

No contexto geral acima, a adoção de medidas desproporcionalmente assimétricas e a perspectiva de adoção, pela ANATEL, de conceitos, preços e modelos de remuneração que podem impactar o cenário de remuneração e custos, poderão prejudicar substancialmente os negócios, situação financeira, receitas, resultados operacionais e perspectivas da Companhia.

Já com relação às tarifas de interconexão, essas são uma parte importante das bases de receita e custo da Companhia. Essas taxas são cobradas entre os prestadores de serviços de telecomunicações, a fim de permitir e remunerar o uso interconectado de suas redes. Na medida em que mudanças nas regras sobre as tarifas de interconexão reduzem o valor das tarifas que a Companhia pode receber ou cobrar, os negócios, condição financeira, receitas, resultados de operações e perspectivas da Companhia poderão ser afetados de modo adverso.

Além disso, a Companhia também está sujeita a alterações nas normas e regulamentações voltadas a preservar os direitos dos consumidores de serviços de telecomunicações. Nesse sentido, acrescenta-se que a ANATEL publicou, em novembro de 2023, o novo Regulamento Geral de Direitos do Consumidor (“RGC”), por meio da Resolução nº 765/2023, que substituirá a Resolução nº 632/2014. Este novo Regulamento busca alterar alguns dispositivos de forma mais relevante, como a maneira de realização de ofertas de serviços de telecomunicações, além de atualizar/modernizar algumas regras referentes ao atendimento. Em razão de diversas discussões acerca do novo RGC, inclusive culminando com a anulação de alguns de seus dispositivos, a ANATEL decidiu pela prorrogação do início de sua vigência, a qual se iniciará em setembro de 2025.

Portanto, o negócio e os resultados das operações, receitas e condições financeiras da Companhia poderão ser afetados negativamente pelas ações das autoridades brasileiras, incluindo, particularmente, o seguinte: a introdução de exigências operacionais e/ou de serviço novas ou mais rigorosas; a concessão de licenças de operação em novas áreas; limitações em tarifas de interconexão que a Companhia possa cobrar de outras prestadoras de serviços de telecomunicações; imposição de sanções significativas por falhas no cumprimento de obrigações regulatórias; atrasos na concessão de, ou falta de concessão de, aprovações para aumentos de tarifas; e limitações antitruste impostas pela ANATEL e pelo CADE.

Por fim, há também o risco da Companhia não ser bem sucedida nas futuras licitações a serem realizadas pela ANATEL no que tange à aquisição de novas autorizações de uso de radiofrequências. Nessa toada, vale pontuar que o Conselho Diretor da ANATEL, por meio do Acórdão nº 148/2024, determinou que as Superintendências da ANATEL adotem as providências necessárias para a publicação, até 31 de dezembro de 2025, de um novo Edital para procedimento licitatório referente à subfaixa de 700 MHz. Uma minuta de Edital de Licitação foi submetida ao debate por meio da Consulta Pública nº 59/2024, que estará aberta a contribuições até o final de janeiro de 2025. Há expectativa, portanto, de realização de nova licitação para tal subfaixa em 2025. Ainda nesse sentido, conforme sinalizado pela ANATEL através da Resolução nº 757/2022, espera-se que a ANATEL realize novos leilões até 2028, para a subfaixa de 850 MHz, e até 2032, para as subfaixas de 900 MHz e 1800 MHz.

1.c. Eventos societários em 2024

1.c.1. Constituição da joint venture com a Auren

Em 18 de dezembro de 2023, a Companhia firmou um acordo de investimento com a Auren Energia S.A., por meio de sua controlada Auren Comercializadora de Energia Ltda. (em conjunto, “Auren”), para a constituição de uma *joint venture*, na qual cada acionista deteria 50% de participação societária, focada na comercialização de soluções customizadas em energia renovável em todo o Brasil (“Operação”).

Em 5 de janeiro de 2024 e 7 de fevereiro de 2024, a Operação foi autorizada pela Superintendência Geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (“CADE”) e pelo órgão antitruste europeu, respectivamente. Diante das aprovações, em 15 de março de 2024 ocorreu o fechamento da Operação e a Companhia e a Auren realizaram aportes de capital no valor de R\$10.319 cada uma na *joint venture* Gud Comercializadora de Energia S.A. (“GUD”) e, em 11 de abril de 2024, foi iniciado o processo para obtenção das licenças e autorizações regulatórias necessárias para o desenvolvimento dos negócios da GUD.

A *joint venture* conta com a experiência de duas marcas-chave em seus negócios: a Auren, referência em geração de energia renovável; e a Vivo (marca da Companhia) com sua plataforma digital referência em tecnologia e conectividade, com atuação crescente em ecossistemas digitais de B2C e B2B. Ao associar a atuação da Auren na geração e comercialização de energia a Companhia, com sua penetração digital e capacidade de distribuição, a GUD pretende se posicionar no mercado livre de energia do Brasil, cuja abertura vem sendo implementada de forma gradativa e, desde janeiro de 2024, está acessível a clientes do setor empresarial ligados à rede de alta tensão com demanda inferior a 500KW. Com a Operação, a Companhia reforça o seu posicionamento, gerando melhor experiência com o aumento da proposta de valor para os seus clientes, assim como se destacando pelo compromisso com pilares Ambiental, Social e Governança Corporativa (“ESG”).

1.c.2. Constituição da Vivo Pay Holding Financeira Ltda. (“Vivo Pay”)

Em 2 de fevereiro de 2024, foi constituída pela Companhia uma sociedade empresária unipessoal denominada Vivo Pay Holding Financeira Ltda. (“Vivo Pay Holding”), que tem por objeto exclusivo a participação societária em instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, como sócia ou acionista, conforme o caso. Até 31 de dezembro de 2024, a Companhia realizou aportes de capital de R\$15.000 na Vivo Pay, mediante a emissão de 15.000.000 de quotas com valor nominal de R\$1,00 (um real) cada, em favor da Companhia.

Em 2 de setembro de 2024, foi publicada no DOU a aprovação pelo Banco Central do Brasil (“BACEN”) do requerimento de autorização para funcionamento da Vivo Pay Sociedade de Crédito Direto S.A. (“Vivo Pay SCD”), sociedade controlada pela Vivo Pay Holding.

1.c.3. Aquisição da IPNET Serviços em Nuvem e Desenvolvimento de Sistemas Ltda. (“IPNET”) e da IPNET USA, LLC (“IPNET USA”) pela Telefônica Cloud e Tecnologia Brasil S.A. (“CloudCo”) (Combinação de Negócios)

Em 22 de julho de 2024, a CloudCo Brasil, controlada direta da Companhia, celebrou contrato de compra e venda de quotas e outras avenças, tendo por objeto a aquisição da totalidade das quotas de emissão da IPNET Serviços em Nuvem e Desenvolvimento de Sistemas Ltda. (“IPNET”) e da IPNET USA, LLC (“IPNET USA”) (“Transação”), pelo valor de R\$223.799, condicionado ao atingimento de determinadas métricas operacionais e financeiras. Este valor inclui um acordo de não concorrência que foi reconhecido separadamente da combinação de negócios a um valor justo de R\$27.136. O preço de compra restante (R\$196.663) foi alocado aos ativos líquidos adquiridos, excluindo o acordo de não concorrência, que foi reconhecido como um intangível.

O Grupo IPNET explora, dentre outras atividades, a revenda de *software* e sistemas, bem como a prestação de serviços profissionais e gerenciados para adaptação, migração e suporte relacionados. Há 20 anos no mercado, o grupo tem participado da transformação digital de empresas.

Os documentos da Transação contêm termos e disposições comuns a esse tipo de transação, sendo que a sua consumação estava sujeita ao cumprimento de certas condições precedentes, incluindo a obtenção da autorização pelo CADE e a implementação de reorganização societária envolvendo a incorporação das sociedades Metarj Soluções em Geotecnologia e Desenvolvimento de Sistemas Ltda. (“Metarj”) e XL Solutions Ltda. (“XL”) pela IPNET. As condições precedentes mencionadas anteriormente foram satisfeitas com o trânsito em julgado da decisão no CADE, datado de 3 de setembro de 2024, que aprovou a Transação, sem restrições, através do Ato de Concentração nº 08700.00547/2024-69; e a reorganização societária com as incorporações da Metarj e da XL pela IPNET, ocorridas em setembro de 2024.

Com a conclusão da Transação, a partir de 1º de outubro de 2024, a CloudCo Brasil passou a ser a controladora direta da IPNET.

A Transação expandirá o portfólio de produtos da CloudCo Brasil e fortalecerá seus serviços profissionais e gerenciados, possibilitando sua aceleração e crescimento. O investimento reforça, ainda, o ecossistema digital da Companhia no segmento B2B, com avanço em soluções inovadoras.

De acordo com o IFRS 3 / CPC 15, as aquisições de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. A contraprestação transferida em uma combinação de negócios é mensurada pelo valor justo, que é calculado pela soma dos valores justos dos ativos transferidos, dos passivos assumidos na data de aquisição junto aos antigos controladores da adquirida e das participações emitidas em troca do controle da adquirida.

Na data destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, a CloudCo encontra-se em fase de finalização do laudo para alocação do preço de compra (*Purchase Price Allocation* - PPA), mediante a análise da determinação do valor justo dos ativos identificáveis adquiridos e dos passivos assumidos da IPNET. Estima-se que esta análise final será concluída assim que a Administração tiver todas as informações relevantes dos fatos, não ultrapassando o período máximo de 12 meses da data de aquisição. Em 31 de dezembro de 2024, as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, contemplam as alocações preliminares do PPA. As premissas, julgamentos críticos, métodos e hipóteses utilizados pela CloudCo Brasil para a determinação desses valores justos foram os seguintes:

Marca

Para avaliação da marca foi utilizada abordagem da rentabilidade (“*Income approach*”) pelo método dos royalties evitados (“*Relief from royalties*”). Este método assume que o ativo intangível tem um valor justo baseado nos rendimentos dos royalties e representa as economias do proprietário do ativo - o proprietário não precisa pagar royalties a um terceiro pela licença para usar o ativo intangível. A intenção da administração no momento da aquisição da participação foi a utilização do *know-how* da adquirida e sua capacidade de implementar o novo modelo de negócios.

As principais premissas utilizadas na avaliação das marcas foram: (i) Receitas: avaliação do ativo intangível foi baseada nas projeções de receita líquida suportadas pelo crescimento histórico da entidade, sem a sinergia da aquisição da IPNET; (ii) Taxa de *royalty*: segundo pesquisas realizadas à época, observamos que no mercado de serviços de *internet* utilizava-se aproximadamente 1% de taxa média de *royalty* sobre a receita líquida; (iii) Custos e Despesas com a marca: considerou-se um percentual de 10% sobre a receita líquida com *royalties* para manutenção da *marca*, como despesas de marketing e outros; (iv) Aliquota de imposto: 34%, conforme a legislação tributária brasileira; e (v) Taxa de desconto (“WACC”) após impostos: 18,23%.

Como resultado do cálculo descrito, o valor justo da marca foi de R\$10.099, com prazo de amortização de 5 anos.

Carteira de clientes

A carteira de clientes foi avaliada pelo método *Multi-period Excess Earnings Method* (“MEEM”). Este método para avaliação da carteira de clientes foi utilizado devido à possibilidade de se atribuir o fluxo de caixa gerado diretamente ao ativo identificado.

As principais premissas utilizadas na avaliação da carteira de clientes foram: (i) Receitas: para fins de projeção da carteira, consideramos a receita recorrente líquida do ano de 2024. Foi calculada a permanência média de clientes na base, bem como a evolução da receita média por cliente nos períodos. A decadência da carteira (“*churn*”) foi estimada em 20%; (ii) Deduções e Despesas: as deduções sobre a receita bruta foram projetadas de acordo com os históricos praticados, substancialmente os impostos sobre vendas ou serviços. Os custos e despesas foram projetados por meio da comparação dos dados históricos e previsão de melhoria na margem bruta por meio de ações de contenção de custos fixos no tempo; (iii) Aliquota de imposto: 34%, conforme a legislação tributária brasileira; (iv) Taxa de desconto (“WACC”) após impostos: 18,23%.

Como resultado do cálculo descrito, o valor justo da carteira de clientes foi de R\$28.749, com prazo de amortização de 5 anos.

Passivo Contingente

De acordo com o IFRS 3 / CPC 15, o adquirente deve reconhecer, na data de aquisição, passivos contingentes assumidos em uma combinação de negócios mesmo se não for provável que sejam requeridas saídas de recursos para liquidar a obrigação, desde que seja uma obrigação presente que surge de eventos passados e seu valor justo possa ser mensurado com confiabilidade. Atendendo-se os requerimentos anteriores, foi reconhecido nesta aquisição, passivos contingentes a valor justo de R\$8.964, os quais foram determinados com base na saída de caixa estimada para sua liquidação na data de aquisição.

Composição do valor justo dos ativos líquidos adquiridos

Apresentamos a seguir, um resumo preliminar da composição do valor justo dos ativos líquidos adquiridos no montante de R\$22.224, bem como o ágio gerado na data da aquisição, sujeitos ainda a ajustes por ocasião da finalização dos trabalhos:

Ativo circulante	33.720	Passivo circulante	36.722
Caixa e equivalentes de caixa	13	Empréstimos - instituições financeiras	3.063
Contas a receber	27.177	Obras a receber	33.659
Outros ativos	6.530	Passivo não circulante	110.321
		Empréstimos - instituições financeiras	2.500
		Imposto de renda e contribuição social diferidos	12.187
		Provisões ⁽¹⁾	95.634
		Valor justo dos passivos assumidos	147.043
		Valor justo dos ativos líquidos adquiridos	22.224
		Ágio ⁽⁴⁾	174.439

Valor justo dos ativos adquiridos	169.267	Contraprestação total	196.663
-----------------------------------	---------	-----------------------	---------

- Refere-se à alocação de R\$95.634 do valor justo atribuído ao ativo indenizatório relacionado ao passivo contingente, que está sendo atualizado pela SELIC.
- Refere-se à alocação do valor justo atribuído a intangíveis de R\$38.848, sendo: (i) marca (R\$10.099); e (ii) carteira de clientes (R\$28.749).
- Refere-se à alocação do valor justo atribuído ao passivo contingente, que está sendo atualizado pela SELIC.
- Refere-se ao valor do ágio apurado na aquisição da IPNET com a expectativa de sinergias futuras da combinação dos negócios da adquirida, que poderá vir a ser utilizado para fins fiscais.

Acordo de não competição

Para o acordo de não concorrência reconhecido separadamente da combinação de negócios foi utilizada a abordagem de renda, com base no método “*with/without*”. Este método consiste em projetar os fluxos de caixa esperados para os dois cenários: um com o acordo de não competição e outro sem o acordo de não competição. O fluxo de caixa sem o acordo de não competição considera uma taxa de perda de receita e uma probabilidade do potencial concorrente de concorrer efetivamente com a Companhia. A diferença entre os fluxos de caixa dos dois cenários, que corresponde à perda evitada pelo acordo de não competição, é trazida a valor presente pela taxa de retorno específica para este ativo e comparada com o valor presente do fluxo de caixa original (sem perda de receita). Foram consideradas duas variáveis para ajustar a receita que seria impactada pela concorrência com os vendedores: (i) capacidade de redução e (ii) possibilidade de competição.

As principais premissas utilizadas na avaliação do acordo de não competição: (i) Capacidade de redução: mede o impacto na redução da receita bruta caso os vendedores não estivessem presentes no negócio adquirido buscando o aumento desta receita, bem como, se estivessem competindo com o próprio negócio que foi alienado. No início foi estimado um impacto maior, de 25% que vai se reduzindo ano a ano até 10% no último ano do acordo; (ii) Probabilidade de Competição: mede a probabilidade de os vendedores deixarem o negócio, abrindo mão dos benefícios de *earn-out* em cada período. A probabilidade de competição diminui a cada ano, iniciando com 50% até 30%; (iii) Perda de Receita: representa a multiplicação da capacidade de redução da receita pela probabilidade de competição. A probabilidade de perda também reduz a cada ano, iniciando com 12,5% até 3,0%; (iv) Projeção: para os demais fatores de projeção, mantivemos constantes com a projeção original; (v) Capital de Giro: Utilizado as mesmas métricas de capital de giro (dias em aberto) para avaliar o impacto de variação no capital de giro; (vi) Taxa de desconto (“WACC”) após impostos: 18,23%.

Como resultado do cálculo descrito, o valor justo do acordo de não competição foi de R\$27.136, com prazo de amortização de 6 anos.

O montante da contraprestação total foi de R\$196.663, com o pagamento da seguinte forma: R\$32.871, pagos à vista no momento da conclusão da transação e o saldo de R\$163.792 será pago conforme cláusulas contratuais, atualizado pela variação da taxa IPCA / SELIC.

Os custos de transação incorridos até o fechamento da transação no dia 1º de outubro de 2024, foram de R\$3.291. Estes custos não são considerados componentes da contraprestação transferida, e foram reconhecidos como despesas nos períodos em que os custos foram incorridos.

O valor justo das contas a receber totais foi de R\$27.177, o qual não difere do valor de livros composto por um valor bruto de R\$31.714, líquido de perdas estimadas para redução ao valor recuperável no valor de R\$4.537.

Desde a data de aquisição até a conclusão destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a IPNET contribuiu com R\$63.658 de receita operacional líquida e um prejuízo de R\$2.876 para o resultado da Companhia.

1.d. Reforma Tributária sobre o consumo

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional (“EC”) nº 132, que estabelece a Reforma Tributária (“Reforma”) sobre o consumo. Para iniciar o processo de regulamentação da alteração constitucional, a Lei Complementar nº 214/2025 (“LC”), foi sancionada pelo Presidente da República em 17 de Janeiro de 2025. Em paralelo, o Projeto de Lei Complementar nº 108/2024 que, entre outros tópicos, regulamenta o contencioso tributário e normas de administração dos novos tributos, segue em tramitação no congresso nacional.

O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido (“TVA dual”) em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS) e uma sub-nacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá os tributos PIS, COFINS, ICMS e ISS.

Foi também criado um Imposto Seletivo (“IS”) de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de produtos e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de LC, sendo que há previsão expressa de que o IS não poderá incidir sobre serviços de telecomunicações. Haverá um período de transição de 2026 até 2032, em que os dois sistemas tributários (antigo e novo) coexistirão.

Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados e no cumprimento de obrigações acessórias, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos após as demais etapas de regulamentação legal e infralegal, que poderá incluir a edição de novas leis ordinárias (federais, estaduais e municipais), decretos, instruções normativas e notas técnicas.

Como as alterações serão aplicadas de forma prospectiva, não há efeito da Reforma nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2024.

2. BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

2.a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais (Controladora) e consolidadas (Consolidado) foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo as deliberações emitidas pela CVM e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (“IFRS”)), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”), atualmente denominadas “normas contábeis IFRS” (*IFRS® Accounting Standards*), incluindo as interpretações emitidas pelo *IFRS Interpretations Committee* (“IFRIC® Interpretations”) ou pelo seu órgão antecessor, *Standing Interpretations Committee* (“SIC® Interpretations”) e evidências em todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Dessa forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.b. Bases de preparação e apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor (exceto quando necessário critério diferente) e ajustadas para refletir a avaliação de ativos e passivos mensurados a valor justo.

A Companhia preparou as demonstrações financeiras individuais e consolidadas partindo do pressuposto de continuidade operacional.

O ativo é classificado como circulante quando satisfizer qualquer dos seguintes critérios: (a) espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou convertido no decorrer normal do ciclo operacional da entidade; (b) está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado; (c) espera-se que seja realizado até doze meses após a data do balanço; ou (d) é caixa ou equivalente de caixa, a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre esperada durante pelo menos doze meses após a data do balanço.

O passivo é classificado como circulante quando satisfizer qualquer dos seguintes critérios: (a) espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade; (b) está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado; (c) deve ser liquidado no período de até doze meses após a data do balanço; ou (d) a entidade não tem o direito na data do balanço, de diferir a liquidação do passivo por pelo menos doze meses após a referida data.

Uma única exceção refere-se aos saldos dos tributos diferidos ativos e passivos, que são classificados e demonstrados integralmente como não circulantes, independentemente do prazo de doze meses.

As demonstrações das Fluxos de Caixa foram preparadas conforme IAS 7 / CPC 03 e reflete as modificações no caixa que ocorreram nos exercícios apresentados, utilizando-se o método indireto.

As normas contábeis adotadas no Brasil requerem a apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (“DVA”), individual e consolidada, enquanto que as normas IFRS não requerem sua apresentação. A DVA foi preparada conforme o pronunciamento técnico CPC 09 e está sendo apresentada como informação suplementar, sem prejuízo ao conjunto destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram aprovadas pelo Conselho de Administração, em reunião realizada em 20 de fevereiro de 2025.

2.c. Moeda de apresentação, funcional e conversão de moeda estrangeira

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 são apresentadas em milhares de reais (exceto quando mencionado de outra forma). A moeda funcional e de apresentação da Companhia é o Real (R\$).

As transações em moeda estrangeira são convertidas para o Real da seguinte forma: (i) os ativos, passivos e patrimônio líquido (exceto o capital social e reservas de capital) são convertidos pela taxa de câmbio de fechamento na data do balanço; (ii) as despesas e receitas são convertidas pela taxa média de câmbio exercido para operações específicas que são convertidas pela taxa da data da transação; e (iii) o capital social e reservas de capital são convertidos pela taxa da data da transação. Os ganhos e perdas resultantes da conversão de investimentos no exterior são reconhecidos na demonstração dos resultados abrangentes. Os ganhos e perdas resultantes da conversão de ativos e passivos monetários verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios (exceto da conversão de investimentos no exterior) são reconhecidos na demonstração do resultado.

2.d. Bases de consolidação

As participações societárias em sociedades controladas ou de controle conjunto estão avaliadas pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais. Nas demonstrações financeiras consolidadas o investimento e todos os saldos de ativos e passivos, receitas e despesas são eliminados das transações e participação do patrimônio líquido nas controladas são eliminados integralmente. Os investimentos em sociedades de controle conjunto são avaliados pela equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023, exceto pelas mudanças exigidas pelos novos pronunciamentos, interpretações e alterações, aprovados pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2024, conforme segue:

2.e. Informações por segmentos

Segmentos operacionais são definidos como componentes de um empreendimento para os quais informações financeiras separadas estão disponíveis e avaliadas de forma regular pelo principal tomador de decisões operacionais na definição sobre como alocar recursos para um segmento individual e na avaliação de desempenho do segmento. Tendo em vista que: (i) todas as decisões dos administradores e gestores são tomadas com base em relatórios consolidados; (ii) a missão da Companhia e suas contornos e a prover a seus clientes serviços de telecomunicações com qualidade; e (iii) todas as decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, compras, investimentos e aplicação de recursos são efetuadas em bases consolidadas, a conclusão da Administração é de que a Companhia e suas controladas operam em um único segmento operacional de prestação de serviços de telecomunicações.

2.f. Políticas contábeis materiais

As políticas contábe

continuação



Telefônica Brasil S.A.
 Companhia Aberta
 CNPJ/MF nº 02.558.157/0001-62 - NIRE 35.3.0015.881-4

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

4. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

4.a. Política contábil

São ativos financeiros, mensurados ao custo amortizado, sujeitos a um significante risco de mudança de valor, não enquadrados como caixa e equivalentes de caixa.

4.b. Composição

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Garantia a processos judiciais ⁽¹⁾	42.408	36.154	42.619	36.169
Fundo de investimentos - FIDC	-	1.148	-	1.148
Total	42.408	37.302	42.619	37.317
Circulante	-	1.148	-	1.148
Não circulante	42.408	36.154	42.619	36.169

(1) Referem-se a valores de aplicações financeiras em garantias a processos judiciais (notas 20, e 34.b.).

5. CONTAS A RECEBER

5.a. Política contábil

São ativos financeiros mensurados, no momento inicial pelo valor justo e subsequentemente, pelo custo amortizado e estão avaliados pelo valor dos serviços prestados ou das mercadorias vendidas de acordo com as condições contratadas, líquido das perdas estimadas para redução ao valor recuperável. Inclui os serviços prestados que ainda não foram faturados até a data do balanço, bem como as contas a receber relacionadas às vendas de aparelhos celulares, *simcards*, acessórios, publicidade e locação de equipamentos de informática (produto "Vivo TECH") e direitos creditórios do FIDC Vivo Money.

A Companhia e suas controladas mensuram a provisão para perda estimada para redução ao valor recuperável em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira.

5.b. Estimativas e julgamentos críticos

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia e suas controladas consideram informações razoáveis e suportáveis que são relevantes e disponíveis. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica, perfis de clientes, modelos de negócio, percepção de risco, garantias e condições econômicas na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas. Ainda que a Companhia e suas controladas acreditem que as premissas utilizadas são razoáveis, os resultados das estimativas podem ser diferentes.

5.c. Composição

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Serviços e mercadorias ^{(1) (1/2)}	10.610.250	10.810.457	11.001.308	10.996.158
Valores de interconexão ^{(1) (1/2)}	631.858	611.916	632.033	683.876
FIDC Vivo Money	-	-	360.411	358.000
Partes relacionadas (nota 29) ⁽¹⁾	104.688	118.751	63.240	68.924
Contas a receber, bruto	11.346.796	11.541.124	12.056.992	12.106.958
Perdas estimadas para redução ao valor recuperável	(2.023.711)	(2.245.096)	(2.215.251)	(2.437.845)
Contas a receber, líquido	9.323.085	9.296.028	9.841.741	9.669.113
Circulante	8.988.019	8.944.992	9.471.592	9.318.077
Não circulante	335.066	351.036	370.149	351.036

(1) Os montantes consolidados incluem: (i) R\$2.752.975 e R\$2.551.270 a faturar aos clientes em 31 de dezembro de 2024 e 2023, respectivamente. Inclui também os montantes dos ativos contratuais (nota 25.a.), demonstrados no item d), desta nota.

(2) Refere-se a valores faturados de outras operadoras de telecomunicações.

Os saldos consolidados não circulantes, referem-se ao valor presente a receber: (i) das parcelas de revenda de mercadorias (B2B), com vencimentos de até 24 meses; (ii) de produtos Vivo Tech, com vencimentos de até 60 meses; e (iii) do direito de créditos do FIDC Vivo Money, com vencimentos de até 36 meses. Estes valores estão deduzidos de suas perdas estimadas para a redução ao valor recuperável.

Não havia cliente que representasse mais de 10% do contas a receber líquido em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

A seguir, apresentamos os valores líquidos, por idade de vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
A vencer	7.446.374	7.539.057	7.951.826	7.887.693
Vencidas - 1 a 30 dias	1.076.317	1.067.890	1.134.436	1.134.381
Vencidas - 31 a 60 dias	248.661	257.457	261.861	270.926
Vencidas - 61 a 90 dias	209.412	135.787	212.887	140.426
Vencidas - 91 a 120 dias	147.154	139.993	147.320	138.234
Vencidas - mais de 120 dias	195.167	155.844	133.411	97.453
Total	9.323.085	9.296.028	9.841.741	9.669.113

5.d. Movimentação dos ativos contratuais

	Controladora / Consolidado	
	Ativo contratual, bruto	Provisão para perdas
Saldos em 31 de dezembro de 2022	131.243	(26.551)
Ingressos	254.379	-
Baixas	(267.826)	1.861
Saldos em 31 de dezembro de 2023	117.796	(24.690)
Ingressos	342.286	(4.787)
Baixas	(311.114)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	148.968	(29.477)

5.e. Movimentação das perdas para redução ao valor recuperável

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(2.281.581)	(2.396.382)
Ingressos das perdas estimadas, líquidos de reversões (nota 26.)	(1.214.001)	(1.362.678)
Baixas	1.306.211	1.321.215
Incorporação da Garliava	(55.725)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(2.245.096)	(2.437.845)
Ingressos das perdas estimadas, líquidos de reversões (nota 26.)	(1.375.720)	(1.523.263)
Baixas	1.597.105	1.750.394
Combinação de negócios - IPNET (nota 1.c.2.)	-	(4.537)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(2.023.711)	(2.215.251)

6. ESTOQUES

6.a. Política contábil

São avaliados e demonstrados pelo custo médio de aquisição ou pelo valor realizável líquido, dos dois o menor. Incluem materiais para revenda como aparelhos celulares, *simcards*, acessórios, materiais de consumo e manutenção. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda no curso normal dos negócios, menos os custos estimados necessários para a realização da venda.

As perdas estimadas para redução ao valor realizável são constituídas para os materiais e aparelhos considerados obsoletos ou cujas quantidades são superiores àquelas usualmente comercializadas em um período razoável. Os valores das adições e reversões das perdas estimadas para redução ao valor realizável e obsolescência dos estoques, são reconhecidos no resultado e foram incluídos nos custos das mercadorias vendidas (nota 26).

6.b. Composição

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Materiais para revenda	1.086.086	819.480	1.137.262	836.799
Materiais para consumo	26.061	37.248	27.538	38.422
Outros estoques	32.017	39.263	32.036	39.263
Estoque, bruto	1.144.144	895.991	1.196.836	914.484
Perdas estimadas para redução ao valor realizável e obsolescência	(97.562)	(90.136)	(99.598)	(91.670)
Estoque, líquido	1.046.582	805.855	1.097.238	822.814

7. DESPESAS ANTECIPADAS

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Custos incrementais na obtenção de contrato com clientes ⁽¹⁾	2.842.824	1.986.764	2.842.824	1.986.764
Licenças de software e manutenção de redes	278.266	206.649	610.902	397.931
Propaganda e publicidade	203.884	197.309	203.884	197.315
Pessoal	109.736	116.934	112.421	120.138
Encargos financeiros	122.355	101.743	122.325	101.743
Aluguéis, seguros e outras despesas antecipadas	55.829	57.400	61.799	102.766
Total	3.612.864	2.666.799	3.954.155	2.906.657
Circulante	1.526.404	1.194.735	1.868.954	1.434.042
Não circulante	2.086.460	1.472.064	2.085.201	1.472.615

(1) Os custos incrementais na obtenção de contratos com clientes são substancialmente representados por comissões de vendas pagas a parceiros para obtenção de contratos de clientes, decorrentes da adoção do IFRS 15 / CPC 47 e diferidos ao resultado em conformidade com o prazo do contrato e/ou benefício econômico a ser gerado, usualmente de 2 a 6 anos. Em 2024, tais custos incluem também comissões de vendas pagas a parceiros de novos planos.

A seguir, apresentamos a movimentação dos custos incrementais na obtenção de contratos com clientes:

	Controladora	Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2022	1.386.568	1.433.893
Ingressos	1.255.877	1.255.877
Baixas (amortizações)	(696.443)	(703.006)
Incorporação da Garliava	40.762	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	1.986.764	1.986.764
Ingressos	1.812.437	1.812.437
Baixas (amortizações)	(956.377)	(956.377)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	2.842.824	2.842.824

8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

8.a. Política contábil

8.a.1. Tributos correntes

Ativos e passivos tributários correntes são mensurados ao valor esperado a ser recuperado ou pago às autoridades tributárias. As alíquotas e a legislação tributária utilizadas no cálculo dos mencionados montantes são aquelas que estão em vigor, ou substancialmente em vigor, na data do encerramento do exercício atual.

No balanço patrimonial, os tributos correntes são apresentados líquidos dos valores recolhidos por antecipação ao longo do exercício.

Imposto de renda e contribuição social correntes, relativos a tributos reconhecidos no patrimônio líquido, são reconhecidos no patrimônio líquido. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

8.a.2. Tributos diferidos

Tributo diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Tributos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, créditos e perdas tributárias não utilizados possam ser utilizados, exceto: (i) quando o ativo fiscal diferido relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma diferença que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro tributável (ou prejuízo fiscal) e não dá origem a transações temporárias igualmente tributáveis e dedutíveis; ou (ii) sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, ativos fiscais diferidos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil dos tributos diferidos ativos é revisado em cada data do encerramento do exercício e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Tributos diferidos ativos baixados são revisados a cada data de encerramento do exercício e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Tributos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto: (i) quando o passivo fiscal diferido surge do reconhecimento inicial de ativo ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro tributável (ou prejuízo fiscal) e não dá origem a diferenças temporárias igualmente tributáveis e dedutíveis; ou (ii) sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo.

Tributos diferidos ativos e passivos são mensurados à alíquota de tributo que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária e que foram promulgadas na data do encerramento do exercício.

Tributos diferidos ativos e passivos não são descontados a valor presente e são classificados no balanço patrimonial como não circulantes, independentemente da expectativa de realização.

Os efeitos fiscais de itens registrados diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos igualmente no patrimônio líquido. Itens de tributo diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o tributo diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

Tributos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

8.a.3. Nova regra de cálculo ("Pilar II") - OCDE

Em 27 de dezembro foi promulgada a lei 15.079/24 que institui o adicional da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLI") no processo de adaptação da legislação brasileira às Regras Globais Contra a Erosão da Base Tributária modelo OCDE ("Pilar II"). Por esta lei, sempre que a Companhia, adotando os critérios de cálculo nela previstos, apurar alíquota conjugada efetiva de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido inferior a 15% deverá efetuar pagamento adicional até atingir esse percentual mínimo. Essa regra vale a partir de janeiro de 2025 e, havendo necessidade de pagamento adicional, o valor será recolhido no ano seguinte. A Companhia não espera impacto significativo desta regra em seus recolhimentos, pois já atende aos limites previstos.

8.b. Estimativas e julgamentos críticos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. A Companhia e suas controladas constituem provisões, com base em estimativas, para eventuais consequências de interpretação divergente por parte das autoridades fiscais. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia e suas controladas.

A Companhia e suas controladas avaliam a recuperabilidade do ativo fiscal diferido com base nas estimativas de resultados futuros. Essa recuperabilidade depende, em última instância, da capacidade de geração de lucros tributáveis ao longo do período em que o ativo fiscal diferido é dedutível. Na análise é considerado o calendário previsto de reversão de passivo fiscal diferido, bem como as estimativas de lucros tributáveis, com base em projeções internas atualizadas de modo a refletir as tendências mais recentes.

A determinação da classificação adequada dos itens fiscais depende de vários fatores, incluindo a estimativa do momento e a realização do ativo fiscal diferido e do momento esperado dos pagamentos desses impostos. O fluxo real de entradas e saídas do imposto de renda pode divergir das estimativas realizadas pela Companhia e suas controladas, como consequência de mudanças na legislação fiscal, ou de transações futuras não previstas que possam afetar os saldos fiscais.

8.c. Imposto de renda e contribuição social a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Imposto de renda	701.999	626.771	711.237	649.400
Contribuição social	137.828	96.456	141.457	103.193
Total	839.827	723.227	852.694	752.593
8.d. Imposto de renda e contribuição social a reconhecer				
	Controladora		Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Imposto de renda	163.608	148.088	170.125	149.763
Contribuição social	52.889	50.117	55.128	50.907
Total	216.497	198.205	225.253	200.670
Circulante	1.142	1.050	9.898	3.515
Não circulante	215.355	197.155	215.355	197.155

Os montantes em 31 de dezembro de 2024 e 2023, incluem R\$216.497 e R\$198.205, respectivamente, referente aos tributos enquadrados na IFRIC 23 / ICP 22 (nota 8.g.).

8.e. Imposto de renda e contribuição social diferidos

8.e.1. Composição de movimentação

A seguir, apresentamos a composição e a movimentação dos principais componentes do imposto de renda ("IR") e da contribuição social ("CS") diferidos.

	Controladora		Consolidado	
	Saldos em 31.12.2022	Demonstração dos resultados	Saldos em 31.12.2023	Demonstração dos resultados
Ativo (passivo) diferido				
IR sobre prejuízos fiscais e CS sobre base negativa⁽¹⁾	2.318.400	(322.232)	-	-
IR e CS sobre diferenças temporárias⁽²⁾	(6.150.121)	358.712	80.578	295.923
Provisões para demandas judiciais trabalhistas, tributárias, cíveis e regulatórias	2.225.302	(26.097)	-	155.944
Fornecedores e outras provisões	1.431.096	364.692	-	2.355.149
Carteira de clientes e marcas	(214.323)	25.391	-	1.880.362
Perdas estimadas para redução ao valor recuperável das contas a receber	635.525	(41.670)	-	4.745
Perdas estimadas de modens e outros ativos imobilizados	113.312	41.410	-	(184.187)
Planos de previdência e outros benefícios pós-emprego	257.624	22.436	80.234	(8)
Participação nos resultados	187.074	31.689	-	612.801
Licenças	(2.524.161)	71.101	-	(4)
Ágios (Spanish e Navytreet, Vivo Part., GVTPart e Garliava)	(7.240.590)	(192.370)	-	(44.737)
Bens do ativo imobilizado de pequeno valor	(1.029.338)	(161.339)	-	109.985
Lei da Inovação tecnológica	(9.774)	2.616	-	32.725
Sobre outras diferenças temporárias	18.132	220.853	344	(148.712)
Total do Passivo líquido, não circulante	(3.831.721)	36.480	80.578	295.923
Ativo fiscal diferido	8.238.121			
Passivo fiscal diferido	(12.069.842)			
Passivo fiscal diferido, líquido	(3.831.721)			
Representado no balanço patrimonial da seguinte forma:				
Passivo fiscal diferido	(3.831.721)			

	Controladora		Consolidado	
	Saldos em 31.12.2022	Demonstração dos resultados	Saldos em 31.12.2023	Demonstração dos resultados
Ativo (passivo) diferido				
IR sobre prejuízos fiscais e CS sobre base negativa⁽¹⁾	2.366.710	(268.979)	2.097.731	(376.950)
IR e CS sobre diferenças temporárias⁽²⁾	(5.819.338)	400.539	2.097.731	(376.950) </

continuação



Telefônica

Companhia Aberta

CNPJ/MF nº 02.558.157/0001-62 - NIRE 35.3.0015.881-4



Telefônica

Companhia Aberta

CNPJ/MF nº 02.558.157/0001-62 - NIRE 35.3.0015.881-4

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

11. OUTROS ATIVOS

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Créditos com partes relacionadas (nota 29.)	136.084	269.771	115.400	268.246
Alienação de imóveis e valores a receber de fornecedores	255.317	157.352	255.317	157.352
Adiantamentos a empregados e fornecedores	54.899	131.026	60.811	133.615
Superávit de pagamento de benefícios pós-emprego (nota 31) ⁽¹⁾	156.999	73.990	157.046	74.048
Contrato de mútuo com controlada CloudCo Brasil ⁽²⁾	46.425	-	-	-
Ativos indenizatórios (aquisições IPNET e VSS)	-	-	100.664	3.157
Sublocatários de ativos e outros valores a realizar	7.223	10.077	39.738	47.212
Total	656.947	642.216	728.976	683.630
Circulante	361.912	532.993	360.141	539.339
Não circulante	295.035	109.223	368.835	144.291

(1) Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, inclui os montantes de R\$153.714 e R\$69.015, respectivamente, referente à distribuição do superávit do PBS-A.

(2) Em 23 de setembro de 2024, a Companhia e sua controlada - CloudCo Brasil, celebraram um contrato de mútuo no montante de R\$45.009, valor principal, para que a CloudCo Brasil tenha capacidade financeira para cumprir as obrigações pela aquisição da IPNET. O valor principal, será corrigido diariamente, até a data da efetiva liquidação, pela taxa de variação do CDI, acrescido de 1,50% a.a., desde a data de disponibilização do principal até a data do seu efetivo pagamento ("juros"). Os juros serão pagos semestralmente a partir de 27 de março de 2025 e o principal será pago em 27 de setembro de 2027. Para as informações consolidadas, este montante foi eliminado no passivo da CloudCo Brasil.

12. INVESTIMENTOS

12.a. Política contábil

A Companhia e suas controladas detêm investimentos em empresas controladas e de controle conjunto.

12.a.1. Controladas

A consolidação de uma controlada tem início quando a Companhia obtiver controle em relação à investida e finaliza quando a Companhia deixar de exercer o mencionado controle. Ativo, passivo e resultado de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver controle até a data em que a Companhia deixar de exercer o controle sobre a investida.

Especificamente, a Companhia controla uma investida se, e apenas se, tiver: (i) poder em relação à investida (ou seja, direitos existentes que lhe garantem a atual capacidade de dirigir as atividades pertinentes da investida); (ii) exposição ao direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e (iii) a capacidade de utilizar seu poder em relação à investida para afetar o valor de seus retornos. Geralmente, há presunção de que uma maioria de direitos de voto resulta em controle. Para dar suporte a essa presunção e quando a Companhia tiver menos da maioria dos direitos de voto de uma investida, a Companhia considera todos os fatos e circunstâncias pertinentes ao avaliar se tem poder em relação a uma investida, inclusive: (i) o acordo contratual entre o investidor e outros titulares de direitos de voto; (ii) direitos decorrentes de outros acordos contratuais; e (iii) os direitos de voto e os potenciais direitos de voto da Companhia. A Companhia avalia se exerce controle ou não de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem que há mudanças em um ou mais dos três elementos de controle anteriormente mencionados.

12.a.2. Controle Conjunto

Controle conjunto é o compartilhamento contratualmente acordado de um controle, existente apenas quando decisões sobre as atividades pertinentes exigirem consentimento unânime das partes que estiverem compartilhando o controle.

As variações cambiais do patrimônio líquido da Aliança (controle conjunto) são reconhecidas no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes ("Efeitos da conversão de investimentos no exterior", nota 24.f.). A moeda funcional e de apresentação da Aliança, investida da Companhia sediada na Holanda é o Euro.

12.a.3. Geral (Controladas e Controle Conjunto)

Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento é contabilizado no balanço patrimonial ao custo, adicionado das variações patrimoniais após a aquisição da participação societária. A demonstração dos resultados reflete a parcela dos resultados das operações das investidas.

Quando uma mudança for diretamente reconhecida no patrimônio líquido das investidas, a Companhia reconhece sua parcela nas variações patrimoniais ocorridas e divulga esse fato, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido e na demonstração dos resultados abrangentes.

As demonstrações financeiras das investidas são elaboradas para o mesmo período de divulgação da Companhia. Quando necessário, são efetuados ajustes para que as políticas contábeis estejam de acordo com as adotadas pela Companhia.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre estes investimentos. A Companhia determina, em cada data do encerramento do exercício social, se há evidência objetiva de que o investimento sofreu perda por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração dos resultados.

Quando ocorrer perda de influência significativa sobre as investidas, a Companhia avalia e reconhece o investimento neste momento a valor justo. Será reconhecida no resultado qualquer diferença entre o valor contábil das investidas no momento da perda de influência significativa e o valor justo do investimento remanescente e resultados da venda.

12.a.4. Combinações de Negócios

De acordo com o IFRS 3 / CPC 15, as aquisições de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. A contrapartida transferida em uma combinação de negócios é mensurada pelo valor justo, que é calculado pela soma dos valores justos dos ativos transferidos, dos passivos assumidos na data de aquisição junto aos antigos controladores da adquirida e das participações emitidas em troca do controle da adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição são contabilizados como despesa quando incorridos.

Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente será reconhecida ao valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um ativo ou como um passivo deverão ser reconhecidas de acordo com o CPC 48 na demonstração do resultado.

Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os passivos assumidos). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado.

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa que se espera sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida ser atribuídos a essas unidades.

Quando um ágio fizer parte de uma unidade geradora de caixa e uma parcela dessa unidade for alienada, o ágio associado à parcela alienada deve ser incluído no custo da operação ao apurar-se o ganho ou a perda na alienação. O ágio alienado nessas circunstâncias é apurado com base nos valores proporcionais da parcela alienada em relação à unidade geradora de caixa mantida.

Na controladora, a diferença entre o valor pago e o valor do patrimônio líquido das entidades adquiridas é reconhecida em investimentos. Para as informações consolidadas, os montantes dos valores justos e ágio são alocados conforme suas naturezas.

12.b. Informações das Investidas

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia detinha participações societárias diretas em controladas e de controle conjunto, conforme segue:

Investidas	Investimento	Participação			Atividade principal
		31.12.2024	31.12.2023	Pais (Sede)	
Terra Networks Brasil Ltda ("Terra Networks") - controladora integral e direta da TIS e da TLF01	Controlada	100,00%	100,00%	Brasil	Portais, provedores de conteúdo e outros serviços de informação na internet
Telefônica Transportes e Logística Ltda ("TfLog")	Controlada	100,00%	100,00%	Brasil	Transportes e logística
POP Internet Ltda ("POP") - controladora integral e direta da Recicla V e da Vale Saúde Sempre	Controlada	100,00%	100,00%	Brasil	Informática, internet e quaisquer outras redes (acesso, produção, distribuição e exibição de conteúdos)
Vivo Money Fundo de Investimento em Direitos Creditórios ("Vivo Money I")	Controlada	100,00%	100,00%	Brasil	Fundo de investimento em direitos creditórios
Vivo Money Fundo de Investimento em Direitos Creditórios III ("Vivo Money III")	Controlada	100,00%	-	Brasil	Fundo de investimento em direitos creditórios
Vivo Pay Holding Financeira Ltda ("Vivo Pay")	Controlada	100,00%	-	Brasil	Participação societária em instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN
Vivo Ventures Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia ("Vivo Ventures")	Controlada	98,00%	98,00%	Brasil	Fundos de investimentos
Telefônica Cloud e Tecnologia do Brasil S.A. ("CloudCo Brasil")	Controlada	50,01%	50,01%	Brasil	Consultoria em tecnologia da informação
Telefônica IoT, Big Data e Tecnologia do Brasil S.A. ("IoTCo Brasil")	Controlada	50,01%	50,01%	Brasil	Consultoria em tecnologia da informação
Aliança Atlântica Holding B.V. ("Aliança")	Controle conjunto	50,00%	50,00%	Holanda	Holding, atuando no setor de telecomunicações
Companhia AIX de Participações ("AIX")	Controle conjunto	50,00%	50,00%	Brasil	Exploração de redes subterrâneas de telecomunicações
Companhia ACT de Participações ("ACT")	Controle conjunto	50,00%	50,00%	Brasil	Exploração de redes subterrâneas de telecomunicações
VivaE Educação Digital S.A. ("VIVAE")	Controle conjunto	50,00%	50,00%	Brasil	Treinoamento em desenvolvimento profissional e gerencial
GUD Comercializadora de Energia S.A. ("GUD")	Controle conjunto	50,00%	-	Brasil	Geração e comercialização de soluções customizadas em energia renovável
FIBrasil Infraestrutura e Fibra Ótica S.A. ("FIBrasil")	Controle conjunto	25,01%	25,01%	Brasil	Assessoria técnica em redes de telecomunicações

Investimentos realizados pela Vivo Ventures em 2024

- Em 14 de maio de 2024, o VV, adquiriu participação acionária no valor de R\$25.013 na Conexa Health LLC, sociedade controladora da Conexa Saúde Serviços Médicos S.A. ("Conexa"). A Conexa é a maior plataforma independente de saúde e ecossistema digital de saúde, conectando, por meio de tecnologia, pacientes, profissionais, empresas e operadoras, com o objetivo de democratizar o acesso à saúde de qualidade. Previamente à aquisição de participação pelo VV, a Conexa divulgou fusão com o Zenklub, empresa de serviços digitais para a saúde emocional. O objetivo do investimento é reforçar a presença da Companhia como *hub* de serviços digitais, incluindo o negócio de saúde e bem-estar.
- Em 4 de julho de 2024, o VV adquiriu participação societária minoritária no valor de US\$5 milhões (R\$27.651) na CRMBonus Holding, sociedade que opera no Brasil por meio de subsidiárias ("CRMBonus"). A CRMBonus é uma plataforma que utiliza inteligência artificial para maximizar relações entre empresas e seus clientes, popularizando o conceito de *giftback* no mercado brasileiro. Desde o início deste ano, uma das soluções da CRMBonus, o Vale Bônus, faz parte dos benefícios oferecidos pela Companhia para aproximação de seus clientes, que são bonificados com a moeda digital ao fazer recargas ou pagar as faturas em dia, o que contribui com uma maior retenção de clientes. O objetivo do investimento é reforçar a presença da Companhia como *hub* de serviços digitais, com avanço em soluções inovadoras.
- Em 1º de novembro de 2024, o VV, adquiriu participação acionária minoritária na AGL Holding, sociedade controladora da Agrolend Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimentos S.A. ("Agrolend"), equivalente a 0,9% do capital social total da Agrolend (em bases totalmente diluídas), mediante o aporte de US\$1,5 milhões (R\$8.950). O valor da aquisição, portanto, não é considerado material para o VV ou para a Companhia. A transação não está sujeita a ajustes de preço, tampouco à satisfação de condições precedentes para a sua consumação. A Agrolend é uma *fintech* agrícola que fornece crédito para pequenos e médios produtores rurais do Brasil, para financiar o desenvolvimento de produções agrícolas e incentivar o investimento em insumos, equipamentos e tecnologia que aumentem a produtividade e a rentabilidade dos produtores. A *fintech* disponibiliza milhões de reais em crédito a agricultores anualmente e tem potencial de fomentar a oferta de produtos da Companhia para tal público, proporcionando conectividade e soluções para melhor gestão do campo. O investimento na Agrolend reforça a presença da Companhia como *hub* de serviços digitais, com avanço em soluções inovadoras.
- No dia 10 de dezembro de 2024, o VV efetuou a conversão de 10.000 debêntures emitidas pela Klubi e de sua titularidade ações preferenciais Classe C-1. Além disso, foi realizado um novo aporte no valor de R\$15.000, destinados à subscrição de ações preferenciais Classe C-1 nominativas e ações preferenciais Classe C-2 nominativas e sem valor nominal.
- Em 23 de dezembro de 2024, o VV realizou um novo *Simple Agreement for future equity* ("SAFE") na Lend Holding Ltd. ("Lend Holdings") no valor de US\$3 milhões (R\$18.226). A Lend Holdings possui 100% de participação na Lend do Brasil Participações Ltda. ("Lend do Brasil") A Lend do Brasil desenvolveu uma plataforma que permite que qualquer empresa use os recebíveis de cartões de crédito e débito de suas vendas como garantia de pagamento.

A seguir, apresentamos informações resumidas sobre as controladas diretas e de controle conjunto da Companhia:

	31.12.2024				
	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Receita líquida	Lucro líquido (Prejuízo)
Terra Networks	987.759	594.433	393.326	792.916	95.199
TfLog	48.177	36.021	12.156	52.991	(12.868)
POP	168.613	76.844	91.769	34.742	13.313
Vivo Money I	244.850	69.013	175.837	139.283	(11.566)
Vivo Money II	-	-	-	589	(484)
Vivo Money III	1.162	77	1.085	559	(830)
Vivo Pay	15.196	1.560	13.636	-	(1.366)
Vivo Ventures	137.628	30	137.598	-	(4.896)
CloudCo Brasil	948.574	923.461	25.113	1.244.499	2.337
IoTCo Brasil	166.215	56.979	109.236	124.499	16.631
Aliança	297.309	2.917	294.392	-	6.968
AIX	49.834	32.105	17.729	67.521	(1.648)
ACT	4	46	42	96	2
GUD	23.460	7.664	15.796	-	(4.842)
VIVAE	21.070	3.957	17.113	6.152	(5.307)
FIBrasil	2.025.664	1.157.880	867.784	391.831	(7.745)

	31.12.2023				
	Investidas	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Receita líquida
Terra Networks		781.201	472.277	308.924	606.463
TfLog		68.453	55.451	13.002	122.323
POP		171.863	93.407	78.456	13.090
Vivo Money I		215.700	30.514	185.186	108.259
Vivo Money II		2.000	57	1.943	157
Garliava (Incorporada pela Companhia em 2023)		-	-	-	241.711
Vivo Ventures		43.098	43	43.055	-
CloudCo Brasil		487.311	464.565	22.746	969.827
IoTCo Brasil		138.887	42.280	96.607	97.478
Aliança		240.018	1.727	238.291	-
AIX		50.097	30.720	19.377	69.083
ACT		4	46	42	95
VIVAE		18.096	2.410	15.686	73
FIBrasil		2.019.278	1.143.749	875.529	289.097

12.c. Movimentação dos investimentos

	31.12.2024		31.12.2023		
	Controladas	Controle conjunto	Combinação de negócios (Garliava)	Outros investimentos	Total de investimentos no consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2022	573.803	352.101	5.518.622	137	6.444.663
Resultado de equivalência patrimonial pelos resultados	171.800	(10.710)	(32.260)	-	128.830
Dividendos (Terra Networks, IoTCo, AIX e ACT) (nota 19.b.)	(50.009)	(51)	-	-	(50.060)
Aporte de capital - caixa e equivalentes de caixa (Vivo Money, Vivo Money II, Vivo Ventures e VivaE) e Resgate de cotas Vivo Money I	-	-	-	-	-
Incorporação da Garliava	75.066	3.117	-	-	78.183
Transações de capital	(79.028)	-	(5.486.362)	-	(5.565.390)
Investimentos da controlada Vivo Ventures	-	23	-	-	23
Exercício de subscrição de bônus (FIBrasil)	-	-	-	-	26.191
Outros resultados abrangentes	(2.239)	57.001	-	-	57.001
Saldo em 31 de dezembro de 2023	689.393	396.675	-	(90)	(4.896)
Resultado de equivalência patrimonial pelos resultados	86.089	(4.351)	-	47	1.086.115
Dividendos (Terra Networks e IoTCo) (nota 19.b.)	(171.107)	-	-	-	81.738
Aporte de capital - caixa e equivalentes de caixa (Vivo Money, Vivo Money II, Vivo Money III, Vivo Ventures, VivaE e GUD) e Resgate de cotas Vivo Money II	-	-	-	-	-
Aporte de capital - dividendos a receber (Terra Networks)	125.122	13.687	-	-	138.809
Aporte de capital - bens (Terra Networks) (notas 13 e 14)	145.183	-	-	-	145.183
Investimentos da controlada Vivo Ventures	12.343	-	-	-	12.343
Outros resultados abrangentes	2.821	24.566	-	(21)	27.366
Saldo em 31 de dezembro de 2024	889.844	430.577	-	26	1.320.447

13. IMOBILIZADO

13.a. Política contábil

É demonstrado pelo custo de aquisição e/ou construção, líquido da depreciação e da provisão para a redução ao valor recuperável acumulada, se aplicável. O referido custo está líquido de créditos do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação ("ICMS"), os quais foram registrados como tributos a recuperar (nota 9), e inclui os custos de empréstimos de projetos de construção de longo prazo, quando os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. A Companhia não possui empréstimos que se enquadrem nos critérios para o reconhecimento de capitalização de custos.

Os custos do ativo imobilizado são capitalizados até o momento em que esteja nas condições previstas para sua entrada em operação. Os gastos subsequentes à entrada do ativo em operação e que não melhoram a funcionalidade ou aumentam a vida útil do bem são reconhecidos imediatamente no resultado, respeitadas-se o regime de competência. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, essas partes são reconhecidas como ativo individual com vida útil e depreciação específicas. Da mesma forma, gastos que representem melhorias no ativo (aumento da capacidade instalada ou da vida útil) são capitalizados. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração dos resultados, quando incorridos.

O valor presente dos custos estimados a incorrer na desmontagem de ativo imobilizado (torres e equipamentos em imóveis alugados) é capitalizado no custo do correspondente ativo em contrapartida à provisão para desmantelamento de ativos (nota 20.) e depreciados ao longo da vida útil dos equipamentos ao qual não é superior ao prazo de locação.

A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens baseada em estudos técnicos.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados anualmente, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

Um item do ativo imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido obtido na venda e o valor contábil) são reconhecidos no resultado do exercício em que o ativo for baixado.

Arrendamentos

A Companhia e suas controladas aplicam uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor, conforme permitido pela IFRS 16. Reconhecem os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos dos arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

A Companhia e suas controladas reconhecem os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento.

A Companhia e suas controladas atuam como arrendatárias em um número significativo de contratos de arrendamento sobre diferentes ativos, como estruturas (torres e rooftops) e o respectivo terreno onde estão localizadas; sites construídos na modalidade *Built to Suit* ("BTS") para instalação de antenas e outros equipamentos e meios de transmissão; equipamentos de informática; escritórios, lojas e imóveis comerciais.

13.b. Estimativas e julgamentos críticos

O tratamento contábil do investimento em ativo imobilizado inclui a realização de estimativas para determinar o período de vida útil para efeitos de sua depreciação, em particular para os ativos adquiridos em combinações de negócios.

A determinação das vidas úteis requer estimativas em relação à evolução tecnológica esperada e ao uso alternativo dos ativos. As hipóteses relacionadas ao aspecto tecnológico e seu desenvolvimento futuro implicam em um grau significativo de análise, na medida em que o momento e a natureza das futuras mudanças tecnológicas são de difícil previsão.

As informações sobre a recuperabilidade de ativos imobilizados estão apresentadas na nota 15.

13.c. Descrição, composição e movimentação

Apresentamos uma breve descrição dos principais itens que compõem o ativo imobilizado e suas movimentações:

- Equipamentos de comunicação e transmissão:** compreendem centrais de comutação e controle, gateway, plataformas, estação rádio base, microcélulas, minicélulas, repetidores, antenas, rádios, redes de acesso, concentradoras, cabos, equipamentos de TV e outros equipamentos de comutação e transmissão.
- Infraestrutura:** compreende construções prediais, elevadores, equipamentos de ar-condicionado central, torres, postes, *container*, equipamentos de energia, canalização subterrânea, suportes e protetores, benfeitorias em propriedades de terceiros e outros.
- Equipamentos em comodato:** compreendem aparelhos celulares e *modems* na modalidade de comodato.
- Equipamentos terminais:** compreendem centrais privadas de comutação telefônica, telefones públicos e outros equipamentos terminais.
- Outros ativos imobilizados:** compreendem veículos, ferramentas e instrumentos de reparo e construção, equipamentos de telesupervisão, equipamentos de informática, equipamentos de testes e medidas, mobiliários e outros bens de uso geral.

	Controladora						Bens e instalações em	
	Equipamentos de comutação e transmissão	Infraestrutura	Equipamentos em comodato	Equipamentos terminais	Terrenos	Outros ativos imobilizados	andamento	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	22.303.641	13.784.446	5.149.038	676.976	252.085	612.111	2.588.805	53.367.102
Adições ⁽¹⁾	158.733	4.524.071	102.262	6.381	-	76.738	5.610.476	10.478.661
Baixas líquidas ⁽²⁾	(2.913)	(346.278)	(133)	(79)	(2.549)	(6.116)	(11.695)	(369.763)
Transferências líquidas ⁽³⁾	4.168.096	278.710	1.993.228	75.793	-	6.172	(6.654.604)	(132.605)
Subarrendamento	-	(36.800)	-	-	-	-	-	(36.800)
Incorporação da Garliava	149	494.491	-	-	-	-	-	494.640
Depreciação (nota 26.)	(3.373.897)	(3.773.523)	(1.842.701)	(337.855)	-	(185.902)	-	(9.513.878)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	23.253.899	14.925.117	5.401.694	421.216	249.536	503.003	1.532.982	56.287.357
Adições ⁽¹⁾	148.000	4.710.673	85.285	-	-	125.982	6.016.882	11.086.822
Baixas líquidas ⁽²⁾	(10.652)	(110.000)	(470)	(528)	(10.271)	-	(8.235)	(14.156)
Transferências líquidas ⁽³⁾	3.280.842	358.092	2.185.709	36.736	-	12.892	(5.909.328)	(35.057)
Subarrendamento	-	(65.290)	-	-	-	-	-	(65.290)
Aporte de capital em bens em controlada (nota 12.c.)	(232)	(2)	(6.026)	-	-	(148)	(3.859)	(10.267)
Depreciação (nota 26.)	(3.912.226)	(3.828.621)	(2.162.005)	(245.097)	-	(179.442)	-	(10.327.321)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	22.759.541	15.989.969	5.504.187	212.327	239.265	462.287	1.628.442	56.796.018
Em 31 de dezembro de 2023								
Custo	88.585.448	42.669.569	29.511.295	6.571.209	249.536	5.656.128	1.532.982	177.668.167
Depreciação acumulada	(65.331.639)	(27.744.452)	(24.109.601)	(6.149.993)	-	(5.153.125)	-	(104.778.810)
Total	23.253.899	14.925.117	5.401.694	421.216	249.536	503.003	1.532.982	56.287.357
Em 31 de dezembro de 2024								
Custo	91.741.641	47.291.492	31.695.949	6.581.648	239.265	5.776.341	1.628.442	184.954.858
Depreciação acumulada	(68.982.100)	(31.301.523)	(26.191.762)	(6.369.321)	-	(5.314.144)	-	(138.158.850)
Total	22.759.541	15.989.969	5.504.187	212.327	239.265	462.287	1.628.442	56.796.018
	Consolidado							

continuação



Telefônica

Companhia Aberta

CNPJ/MF nº 02.558.157/0001-62 - NIRE 35.3.0015.881-4



Telefônica

Companhia Aberta

CNPJ/MF nº 02.558.157/0001-62 - NIRE 35.3.0015.881-4

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

14.b. Estimativas e julgamentos críticos

O tratamento contábil do investimento em ativo intangível inclui a realização de estimativas para determinar o período de vida útil para efeitos de sua amortização, em particular para os ativos adquiridos em combinações de negócios.

A determinação das vidas úteis requer estimativas em relação à evolução tecnológica esperada e ao uso alternativo dos ativos. As hipóteses relacionadas ao aspecto tecnológico e seu desenvolvimento futuro implicam em um grau significativo de análise, na medida em que o momento e a natureza das futuras mudanças tecnológicas são de difícil previsão.

As informações sobre a recuperabilidade de ativos intangíveis, incluindo o ágio, estão apresentadas na nota 15.

14.c. Composição e movimentação

Apresentamos uma breve descrição dos principais itens que compõem o intangível com vida útil definida:

- Licenças:** compreende licenças de concessão e autorização, adquiridas junto à ANATEL para a prestação dos serviços de telecomunicações. Incluem também, licenças decorrentes de combinação de negócios.
- Softwares:** compreendem licenças de programas utilizadas para as atividades operacionais, comerciais e administrativas.
- Marcas, carteira de clientes e outros intangíveis:** compreendem ativos intangíveis adquiridos por meio de combinação de negócios. Outros intangíveis, incluem acordos de não competição e relacionamento com fornecedores e prestadores de serviços.

	Controladora							
	Vida útil indefinida	Vida útil definida						Total
		Ágio	Licenças	Softwares	Marcas	Carteira de clientes	Outros ativos intangíveis	
Saldo em 31 de dezembro de 2022	22.868.268	13.953.483	5.337.383	652.589	220.267	36.356	695.167	43.763.513
Adições ⁽²⁾	-	63.132	179.466	-	-	-	2.676.498	2.919.096
Baixas líquidas	-	-	(969)	-	-	-	-	(969)
Transferências líquidas ⁽³⁾	-	1.071	2.703.287	-	-	-	-	132.605
Incorporação da Garliava	3.394.710	2.278.857	-	-	82.239	-	-	5.755.806
Amortização (nota 26.)	-	(1.409.484)	(2.174.884)	(84.205)	(107.088)	(2.986)	-	(3.778.647)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	26.262.978	14.887.059	6.044.286	568.384	195.418	33.370	799.912	48.791.407
Adições ⁽²⁾	-	23.919	-	-	-	-	2.859.191	2.883.110
Baixas líquidas	-	-	(3.591)	-	-	-	-	(651)
Transferências líquidas ⁽³⁾	-	-	2.867.262	-	-	-	(2.832.205)	35.057
Aporte de capital em bens em controlada (nota 12.c.)	-	-	(2.077)	-	-	-	-	(2.077)
Amortização (nota 26.)	-	(1.315.724)	(2.337.263)	(84.205)	(109.625)	(2.634)	-	(3.849.451)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	26.262.978	13.595.254	6.568.617	484.179	85.793	30.736	826.247	47.853.804
Custo	-	-	-	-	-	-	-	-
Amortização acumulada	26.262.978	29.748.956	27.778.576	1.658.897	4.536.912	269.557	799.912	91.055.787
(14.861.897)	(21.734.290)	(1.090.513)	(4.341.494)	(236.186)	-	(42.264.380)	-	-
Total	26.262.978	14.887.059	6.044.286	568.384	195.418	33.370	799.912	48.791.407
Em 31 de dezembro de 2024	-	-	-	-	-	-	-	-
Custo	26.262.978	29.772.875	30.633.046	1.658.897	4.536.912	269.557	826.247	93.960.512
Amortização acumulada	-	(16.177.621)	(24.064.429)	(1.174.718)	(4.451.119)	(238.821)	-	(46.106.708)
Total	26.262.978	13.595.254	6.568.617	484.179	85.793	30.736	826.247	47.853.804

	Consolidado							
	Vida útil indefinida	Vida útil definida						Total
		Ágio ⁽¹⁾	Licenças	Softwares	Marcas	Carteira de clientes	Outros ativos intangíveis	
Saldo em 31 de dezembro de 2022	26.361.829	16.291.751	5.348.538	656.551	333.790	36.430	696.361	49.725.250
Adições ⁽²⁾	-	63.132	182.161	-	-	-	2.677.678	2.922.971
Baixas líquidas	-	-	(969)	-	-	-	-	(969)
Transferências líquidas ⁽³⁾	-	-	2.706.031	-	-	-	-	134.490
Incorporação - Vita IT	(22.770)	-	-	(451)	(18.122)	12.324	-	(29.189)
Combinação de negócios - Vale Saúde Sempre	51.637	-	-	774	607	6.175	-	59.193
Amortização (nota 26.)	-	(1.467.824)	(2.178.762)	(84.972)	(110.475)	(6.908)	-	(3.848.941)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	26.390.696	14.887.059	6.056.999	571.902	205.800	48.021	802.498	48.962.975
Adições ⁽²⁾	-	23.919	-	-	-	-	2.865.816	2.889.735
Baixas líquidas	-	-	(3.592)	-	-	-	-	(650)
Transferências líquidas ⁽³⁾	-	-	2.874.907	-	-	-	(2.839.849)	35.058
Combinação de negócios - IPNET (nota 1.c.2.)	174.439	-	-	10.099	28.749	27.136	-	240.423
Amortização (nota 26.)	-	(1.315.724)	(2.341.474)	(85.829)	(112.423)	(6.852)	-	(3.862.302)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	26.565.135	13.595.254	6.586.840	496.172	122.126	68.305	827.815	48.261.647
Custo	26.390.696	29.748.956	27.908.360	1.663.747	4.548.942	288.112	802.498	91.351.311
Amortização acumulada	-	(14.861.897)	(21.851.361)	(1.091.845)	(4.343.142)	(240.091)	-	(42.388.336)
Total	26.390.696	14.887.059	6.056.999	571.902	205.800	48.021	802.498	48.962.975
Em 31 de dezembro de 2024	-	-	-	-	-	-	-	-
Custo	26.565.135	29.772.875	30.772.551	1.673.846	4.577.691	315.248	827.815	94.505.161
Amortização acumulada	-	(16.177.621)	(24.185.711)	(1.177.674)	(4.455.565)	(246.943)	-	(46.243.514)
Total	26.565.135	13.595.254	6.586.840	496.172	122.126	68.305	827.815	48.261.647

- (1) Referem-se às operações da Santo Genovese Participações (2004); Spanish e Figueira (2006); Telefônica Televisão Participações (2008); Vivo Participações (2011); GVT Participações (2015); Garliava e Vita IT (2022); VSS (2023) e IPNET (2024).
- (2) Os ingressos em licenças, referem-se à prorrogação da autorização de direito de uso de radiofrequências para a exploração do SMP.
- (3) Os saldos totais referem-se às transferências entre classes de ativos intangíveis e imobilizado (nota 13.c.).

14.d. Taxas de amortização

A seguir, apresentamos as taxas de amortização para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

Descrição	Controladora				Consolidado			
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Licenças	3,60 %	a 24,00 %	3,60 %	a 20,34 %	3,60 %	a 24,00 %	3,60 %	a 20,34 %
Softwares	-	20,00 %	-	20,00 %	-	20,00 %	-	20,00 %
Marcas	-	5,13 %	-	5,13 %	-	23,50 %	-	23,50 %
Carteira de clientes	10,00 %	a 12,50 %	9,52 %	a 12,50 %	9,52 %	a 20,70 %	9,52 %	a 20,70 %
Outros intangíveis	-	20,00 %	-	20,00 %	6,67 %	a 20,00 %	6,67 %	a 20,00 %

15. ANÁLISE DE RECUPERABILIDADE DOS ATIVOS, NÃO FINANCEIROS

15.a. Política contábil

Anualmente o valor contábil líquido dos ativos é revisado com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou da UGC é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Considerando as convergências de ofertas de produtos e serviços, além de que o principal ativo operacional da Companhia é uma rede única, amplamente integrada, a qual é utilizada para prover todos os serviços de telecomunicações a seus clientes, a Companhia define seu negócio como uma única UGC.

Na estimativa do valor em uso do ativo ou UGC, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto *WACC* (*Weighted Average Cost of Capital*) que reflete a taxa ponderada entre (i) o custo de capital (incluindo riscos específicos) com base na *Capital Asset Pricing Model* (“CAPM”) (Modelo de Precificação de Ativos); e (ii) de dívida, sendo estes componentes aplicáveis ao ativo ou UGC antes dos tributos.

O valor justo líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em transações recentes de mercado entre partes concorrentes e interessadas com ativos semelhantes. Na ausência de transações observáveis neste sentido, uma metodologia de avaliação apropriada é utilizada. Os cálculos dispostos neste modelo são corroborados por indicadores disponíveis de valor justo, como preços cotados para entidades listadas, entre outros indicadores disponíveis.

Para os ativos, excluindo o ágio, é efetuada uma avaliação em cada data de encerramento de exercício para identificar se há alguma indicação de que as perdas do valor recuperável anteriormente reconhecidas podem já não existir ou possam ter diminuído. Caso a indicação existir, a Companhia estima o valor recuperável do ativo ou da UGC.

Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida apenas se tiver ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo ou UGC, desde quando a última perda do valor recuperável foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não exceda o seu valor recuperável, nem o valor contábil que teria sido determinado, líquido de depreciação, se nenhuma perda do valor recuperável tivesse sido reconhecida no ativo em exercícios anteriores. Essa reversão é reconhecida na demonstração dos resultados, caso aplicável.

Os seguintes critérios são aplicados na avaliação do valor recuperável dos ativos indicados:

- Ágio:** o teste de perda por redução ao valor recuperável de ágio é efetuado anualmente na data do encerramento do exercício ou antes disso quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil. Quando o valor recuperável é menor do que seu valor contábil, uma perda de valor recuperável é reconhecida. As perdas de valor recuperável relativas ao ágio não podem ser revertidas em exercícios futuros.
- Ativos intangíveis:** os ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente na data do encerramento do exercício, individualmente ou em nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso, ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.
- Avaliação do valor em uso dos ativos imobilizados, ágio e intangíveis:** as principais premissas usadas na estimativa do valor em uso através da metodologia de fluxo de caixa descontado são: (i) receitas (projetadas considerando o crescimento da base de clientes, a evolução das receitas do mercado frente ao PIB e a participação da Companhia neste mercado); (ii) custos e despesas variáveis (projetados de acordo com a dinâmica da base de clientes, e os custos fixos são projetados em linha com o desempenho histórico da Companhia, bem como com o crescimento histórico das receitas); e (iii) investimentos de capital (estimados considerando a infraestrutura tecnológica necessária para viabilizar a oferta dos serviços).

15.b. Estimativas e julgamentos críticos

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou UGC excede o seu valor recuperável, que é o maior entre o valor justo líquido das despesas de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo líquido das despesas de venda é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos as despesas de venda. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia e suas controladas ainda não tenham se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da UGC, objeto de teste. O valor recuperável é sensível às estimativas críticas da taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como o crescimento da receita.

15.c. Premissas utilizadas no cálculo do valor em uso

O cálculo do valor em uso é impactado principalmente pelas seguintes premissas:

- Crescimento da receita:** baseado na observação do comportamento histórico de cada linha de receita, bem como em tendências baseadas em análise de mercado. As projeções das receitas diferem muito entre as linhas de produtos e serviços com tendência de maior crescimento em serviços de banda larga, e com IPTV e voz estáveis rentabilizando os clientes de maior valor. As receitas móveis foram projetadas levando em consideração um novo mix de produtos com foco em migrações de pré-pago para pós e controle, convergência de preços e crescimento em M2M.
- Taxas de desconto:** representam a avaliação de riscos no mercado atual. O cálculo da taxa de desconto é baseado em circunstâncias específicas da Companhia, sendo calculada pelo Custo de Capital Médio Ponderado (“CCMP” ou WACC). O CCMP leva em consideração tanto a dívida quanto o patrimônio (capital próprio). O custo do patrimônio é derivado do rendimento esperado sobre o investimento pelos investidores da Companhia. O custo da dívida é baseado nos financiamentos com rendimento de juros que a Companhia é obrigada a honrar. O risco específico do negócio é incorporado mediante a aplicação de fatores individuais, notadamente o Beta.
- Taxa de crescimento na perpetuidade:** reflete a condição da Companhia de gerar um fluxo de caixa para além do período abrangido pelas previsões ou orçamentos da Administração. Esta taxa reflete a expectativa de crescimento de longo prazo do fluxo de caixa normalizado da Companhia, considerando resultados e investimentos com incremento estável ao longo do período projetado.

15.d. Teste de recuperabilidade dos ágios

Anualmente, a Companhia avalia a recuperação do valor contábil dos ágios utilizando o conceito do valor em uso.

O processo de determinação do valor em uso envolve a utilização de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa, tais como taxas de crescimento das receitas, custos e despesas, estimativas de investimentos e capital de giro futuros e taxas de descontos. As premissas sobre projeções de crescimento, do fluxo de caixa são baseadas em estimativas da Administração, estudos de mercado e de projeções macroeconômicas. Os fluxos de caixa futuros são descontados com base no WACC.

De forma consistente com as técnicas de avaliação econômica, a avaliação do valor em uso foi efetuada por um período de 5 anos, e a partir de então, considerando-se a perpetuidade das premissas tendo em vista a capacidade de continuidade dos negócios por tempo indeterminado. A Administração julgou apropriada a utilização do período de 5 anos com base em sua experiência passada em elaborar as projeções de seu fluxo de caixa.

Os fluxos de caixa futuros estimados foram descontados a taxa de desconto de 11,4% e 12,0%, que antes dos tributos equivalem a 13,25% e 14,04% em 2024 e 2023, respectivamente, também em valores nominais.

A taxa de crescimento nominal utilizada para extrapolar as projeções além do período de 5 anos foi de 4,0% a.a em 2024 e 2023.

A taxa de inflação anual para o período analisado nos fluxos projetados foi de 3,0% a.a. em 2024 e 2023.

As premissas-chave foram baseadas no desempenho histórico da Companhia e em premissas macroeconômicas razoáveis e fundamentadas com base em projeções do mercado financeiro, documentadas e aprovadas pela Administração da Companhia.

Baseando-se no teste anual de recuperação dos ativos da Companhia, elaborado com as projeções realizadas sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2024 e 2023, perspectivas de crescimento e resultados operacionais durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, não foram identificadas perdas ou indicativos de perdas, visto que o valor em uso é superior ao valor líquido contábil na data da avaliação.

15.e. Sensibilidade a mudanças nas principais premissas

O valor recuperável da UGC representou um excedente em relação ao valor contábil, em 31 de dezembro de 2024 e 2023, respectivamente. Para assegurar um controle eficiente, a Companhia utilizou uma análise de sensibilidade no teste de recuperabilidade, levando em consideração possíveis variações nas principais premissas adotadas no teste, de forma individual, a fim de avaliar o seu impacto no valor em uso.

Nas simulações calcula-se, para cada uma das principais premissas, as variações indicadas a seguir:

Premissas	Variação (p.p)	Impacto no valor em uso (%)
Taxa de desconto	+/ - 0,5 p.p.	Entre -10% e +10%
Taxa de crescimento na perpetuidade	+/ - 0,5 p.p.	Entre -5% e +10%
Margem da receita	+/ - 0,5 p.p.	Entre -5% e +5%

A análise de sensibilidade empregada para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 indica que possíveis alterações nas variáveis utilizadas no modelo não produzem efeitos adversos à conclusão acerca do valor recuperável da UGC.

Em resumo, com base nas análises detalhadas de sensibilidade mencionadas acima, a Companhia confirmou que não houve reconhecimento de perdas no valor contábil para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

16. PESSOAL, ENCARGOS E BENEFÍCIOS SOCIAIS

16.a. Política contábil

Os salários, remunerações e participação nos resultados são negociados em acordos coletivos de trabalho, sendo adicionados os encargos e contribuições sociais correspondentes e apropriados pelo regime de competência. O programa de participação nos resultados para os empregados é baseado em metas operacionais e financeiras da Companhia, sendo reconhecida uma provisão quando forem satisfeitas as premissas para sua contabilização.

Os custos e despesas com pessoal, encargos e benefícios sociais são contabilizados como custo dos serviços prestados, despesas comerciais ou despesas gerais e administrativas (nota 26).

16.b. Composição

	Controladora				Consolidado			
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Encargos e benefícios sociais	563.773	519.842	614.595	564.001	563.773	519.842	614.595	564.001
Participação de empregados nos resultados	489.166	490.778	514.902	513.862	489.166	490.778	514.902	513.862
Planos de remuneração baseados em ações (nota 30.)	124.592	151.904	126.019	154.689	124.592	151.904	126.019	154.689
Salários e remunerações	33.065	30.309	46.747	31.897	33.065	30.309	46.747	31.897
Outros	-	-	11.650	20.885	-	-	11.650	20.885
Total	1.210.596	1.192.833	1.313.913	1.285.334	1.210.596	1.192.833	1.313.913	1.285.334
Circulante	-	1.147.385	1.133.158	1.238.452	-	1.147.385	1.133.158	1.238.452
Não circulante	-	63.211	59.675	75.461	-	63.211	59.675	75.461

17. FORNECEDORES

17.a. Política contábil

São obrigações a pagar por bens, serviços ou mercadorias que foram adquiridos no curso normal dos negócios. São inicialmente reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros, caso aplicável.

A Companhia e/ou suas controladas não possuem acordos de financiamento com fornecedores.

17.b. Composição

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Fornecedores diversos (Opex, Capex, Serviços e Mercadorias)	7.820.642	6.885.611	8.194.196	7.213.698
Partes relacionadas (nota 29.)	622.044	603.047	546.069	509.836
Valores a reparar (operadoras, cobilling)	246.659	221.777	246.659	221.777
Interconexão / interligação	243.700	224.634	243.700	224.634
Total	8.933.045	7.935.069	9.230.624	8.169.945

continuação



Telefônica Brasil S.A.

Companhia Aberta

CNPJ/MF nº 02.558.157/0001-62 - NIRE 35.3.0015.881-4



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Subscrições de cotas sêniores no Vivo Money

Em 2023 e 2024, a Polígono realizou aportes no Vivo Money I e Vivo Money II (incorporado pelo Vivo Money I em outubro de 2024), mediante a subscrição de cotas sêniores, sendo: (i) em 2023: aportes de R\$30.000 no Vivo Money I e R\$25 no Vivo Money II; (ii) em 2024: aportes de R\$37.289 no Vivo Money I e R\$804 no Vivo Money II.

Estes aportes tem vencimento em 31 de julho de 2028, remuneração de 100% do CDI, ano 252 dias, *spread* de 3,75% a.a. e amortização do principal a partir de 31 de agosto de 2025.

Os saldos eram de R\$68.118 e R\$30.025 em 31 de dezembro de 2024 e 2023, respectivamente.

Contrato de mútuo da CloudCo Brasil e Telefônica Cybersecurity & Cloud Tech ("TC&CT")

Em 26 de setembro de 2024, a controlada da Companhia - CloudCo Brasil e a Telefônica Cybersecurity & Cloud Tech (empresa do Grupo Telefônica), celebraram um contrato de mútuo no montante de 7.394 mil euros (equivalente a R\$44.991, valor principal), para que a CloudCo Brasil tenha capacidade financeira para cumprir as obrigações pela aquisição da IPNET.

O valor principal, será corrigido diariamente, até a data da efetiva liquidação, pela taxa de Euribor 6M + 240 p.b. ao ano, desde a data de disponibilização do principal até a data do seu efetivo pagamento ("juros"). Os juros serão pagos semestralmente a partir de 27 de março de 2025 e o principal será pago em 27 de setembro de 2027.

Para mitigar a exposição ao risco foi contratado um *swap* trocando a totalidade da variação cambial e dos juros por CDI + 1,795% a.a..

O saldo em 31 de dezembro de 2024 era de R\$49.025.

21.d. Cronograma de pagamentos (não circulante)

Ano	Consolidado						
	Empréstimos e financiamentos						
	Arrendamentos	Debêntures	Licenças 5G	Passivos pela aquisição de sociedades	Programa de anistia tributária	Instituições financeiras	Outros credores
2026	3.481.994	-	62.811	37.321	91.817	-	22.707
2027	2.520.201	2.000.000	62.811	45.550	91.817	-	71.016
2028	1.896.077	-	62.811	29.829	91.817	-	13.244
2029	1.335.348	-	62.811	94.467	38.348	-	-
2030 em diante	1.492.360	-	690.915	-	-	-	-
Total	10.725.980	2.000.000	942.159	207.167	313.799	2.500	106.967
							14.298.572

21.e. Movimentações

Ano	Consolidado						
	Empréstimos e financiamentos						
	Arrendamentos	Debêntures	Licenças 5G	Instituições financeiras	Passivos pela aquisição de sociedades	Programa de anistia tributária	Outros credores
Saldo em 31 de dezembro de 2022	12.032.603	3.736.833	1.843.971	1.073.090	615.299	-	19.301.796
Ingressos ⁽¹⁾	4.738.994	-	-	-	-	-	30.025
Variação cambial (nota 28.)	-	-	-	-	(52.254)	-	-
Encargos financeiros (nota 28.)	-	1.392.570	486.521	105.563	68.517	38.070	943
Combinação de negócios - Vale Saúde Sempre	-	-	-	-	-	25.815	-
Acordo para solução de controvérsia - Aquisição UPI móvel Oi - Reversão para resultado do exercício (notas 27, e 28.)	-	-	-	-	(277.507)	-	-
Acordo para solução de controvérsia - Aquisição UPI móvel Oi - Compensação com depósitos judiciais	-	-	-	-	-	-	-
Baixas (cancelamento de contratos)	(331.827)	-	-	-	-	-	-
Baixas (pagamentos) de principal	(2.754.909)	-	(616.936)	(1.056.060)	(24.038)	-	-
Baixas (pagamentos) de encargos	(1.481.392)	(501.765)	(31.912)	(33.293)	(4.973)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	13.596.039	3.721.589	1.300.686	-	88.888	-	30.025
Ingressos ⁽¹⁾	4.774.379	-	-	-	-	484.654	83.084
Variação cambial (nota 28.)	-	-	-	-	-	-	-
Encargos financeiros (nota 28.)	-	1.630.993	417.048	54.587	73	7.458	21.443
Combinação de negócios - IPNET (nota 1.c.2.)	-	-	-	5.563	163.792	-	-
Baixas (cancelamento de contratos)	(69.121)	-	-	-	-	-	-
Baixas (pagamentos) de principal	(3.081.545)	-	(331.687)	(750)	(22.927)	(58.130)	-
Baixas (pagamentos) de encargos	(1.600.192)	(443.423)	(18.616)	-	(3.862)	(3.605)	-
Outros movimentos	(3.947)	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	15.246.606	3.695.214	1.004.970	4.886	233.349	444.362	117.143
							20.746.530

(1) Os montantes de ingressos de arrendamentos e dos Programas de Anistia Tributária, não têm efeitos em recursos (caixa).

22. RECEITAS DIFERIDAS

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Passivos contratuais (contratos com clientes) ⁽¹⁾	772.642	768.806	1.016.935	963.407
Alienação de mercadorias e ativos imobilizados ⁽²⁾	61.919	68.699	61.919	68.699
Subvenções governamentais	6.714	17.123	6.714	17.124
Outras ⁽³⁾	7.964	7.997	60.478	37.373
Total	849.239	862.625	1.146.046	1.086.603
Circulante	724.157	738.343	1.019.134	960.078
Não circulante	125.082	124.282	126.912	126.525

- Refere-se ao saldo dos passivos contratuais de clientes, sendo diferido na medida em que eles se relacionem com obrigações de desempenho que são satisfeitas ao longo do tempo.
- Inclui os saldos líquidos dos valores residuais da alienação de estruturas (torres e rooftops) não estratégicas, que são transferidos ao resultado quando do cumprimento das condições para reconhecimento contábil.
- Os montantes consolidados incluem as revenda de licenças de *software* da controlada indireta TIS.

A seguir, apresentamos as movimentações dos passivos contratuais (contratos com clientes), principalmente representados pela venda de créditos de pré-pagos.

Ano	Consolidado			
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Saldos no início do exercício	768.806	694.450	963.407	865.407
Ingressos	8.781.648	7.317.955	9.482.545	8.051.367
Baixas	(8.777.812)	(7.243.599)	(9.429.017)	(7.953.367)
Total	772.642	768.806	1.016.935	963.407

Ano	Consolidado			
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Saldos no final do exercício	772.642	768.806	1.016.935	963.407

A seguir, apresentamos os prazos esperados para a realização dos passivos contratuais.

Ano	Consolidado			
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
2025	-	-	953.756	-
2026	-	-	42.365	-
2027	-	-	4.192	-
2028	-	-	3.688	-
2029	-	-	3.481	-
2030 em diante	-	-	9.453	-
Total	-	-	1.016.935	-

- Inclui montantes referentes ao ônus para a renovação das licenças do STFC e SMP e a prorrogação da autorização de direito de uso de radiofrequências para a exploração do SMP (nota 14.e.).
- Refere-se às retenções sobre folha de pagamento e de tributos retidos na fonte sobre juros sobre o capital próprio e sobre prestação de serviços.

24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

24.a. Capital social

Segundo o Estatuto Social, a Companhia está autorizada a aumentar seu capital social até o limite de 1.850.000.000 (um bilhão, oitocentos e cinquenta milhões) de ações ordinárias. O Conselho de Administração é o órgão competente para deliberar sobre o aumento e a consequente emissão de novas ações, dentro do limite do capital autorizado.

A Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das S.A."), artigo 166, inciso IV estabelece que o capital social pode ser aumentado por deliberação da Assembleia Geral Extraordinária ("AGE") convocada para decidir sobre a reforma do Estatuto Social, caso a autorização para o aumento esteja esgotada. Os acionistas terão direito de preferência para subscrição de aumento de capital, na proporção do número de ações que possuírem. Por deliberação do Conselho de Administração, poderá ser excluído o direito de preferência nas emissões de ações, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição, cuja colocação seja feita mediante venda em Bolsa de Valores ou subscrição pública, permuta por ações em oferta pública de aquisição de controle, nos termos dos artigos 257 e 263 Lei das S.A., bem como, gozo de incentivos fiscais, nos termos de legislação especial, conforme faculta o artigo 172 da referida lei.

Redução de Capital da Companhia

A Companhia, na forma e para fins do disposto no artigo 157, parágrafo 4º, da Lei das S.A., e do disposto na Resolução da CVM nº 44, de 23 de agosto de 2021, informou em 15 de fevereiro de 2023 que seu Conselho de Administração aprovou a apresentação, pela Companhia, de pedido de anuência prévia junto à ANATEL para ter a possibilidade de efetuar a redução do seu capital social.

Em reunião do Conselho Diretor da ANATEL, ocorrida em 15 de setembro de 2023, foi aprovado, por unanimidade, o pedido de anuência prévia para que a Companhia efetue uma ou mais reduções de seu capital social (R\$63.571.416), sujeito à apreciação da Administração sobre oportunidade e conveniência, em um valor máximo total de até R\$5 bilhões (cinco bilhões de reais).

Sujeito ao cumprimento das condicionantes impostas pela ANATEL, à decisão da Administração da Companhia sobre oportunidade e conveniência, bem como obtenção das devidas aprovações societárias, a concessão da referida anuência faculta à Companhia flexibilidade para realizar ou não as reduções, as quais, quando efetivadas ocorrerão mediante a restituição de recursos aos seus acionistas na proporção de sua participação societária nas respectivas datas-bases.

1ª Redução do Capital

Em 8 de novembro de 2023, a Companhia, na forma e para fins do disposto no artigo 157, parágrafo 4º, da Lei das S.A., e do disposto na Resolução da CVM nº 44/2021, informou aos seus acionistas e ao mercado em geral que seu Conselho de Administração aprovou: (i) uma proposta, a ser apreciada e deliberada pelos acionistas da Companhia em AGE, de uma operação de redução de capital social da Companhia no valor de R\$1,5 bilhão, sem o cancelamento de ações de emissão da Companhia e mediante a restituição de recursos aos acionistas, em moeda corrente nacional, a serem pagos em uma única parcela até o dia 31 de julho de 2024, em data a ser determinada pela Diretoria da Companhia e; (ii) a AGE para deliberar acerca da referida proposta de redução de capital e a consequente alteração do Estatuto Social da Companhia.

Em 24 de janeiro de 2024, a AGE da Companhia aprovou a redução de R\$1.500.000 de seu capital social, passando de R\$63.571.416 para R\$62.071.416, sem o cancelamento de ações, mantendo-se inalterado o número de ações e o percentual de participação dos acionistas no capital social da Companhia ("Redução").

Após cumpridos todos os requisitos legais aplicáveis, a Redução tornou-se plenamente eficaz e em 10 de julho de 2024, a Companhia realizou o pagamento da redução de seu capital social no montante de R\$1.442.860 (líquido de IRRF de R\$18.419), em moeda corrente nacional, no valor de R\$0,9076694153 por ação ordinária de emissão da Companhia, aos acionistas constantes dos registros da Companhia ao final do dia 10 de abril de 2024.

Para os casos em que não foi possível a realização dos pagamentos aos acionistas, representado pelo montante de R\$38.721 em 10 de julho de 2024, estes valores permanecerão à disposição destes acionistas pelo prazo prescricional, nota 23.

2ª Redução do Capital

No Fato Relevante divulgado pela Companhia em 5 de novembro de 2024, o Conselho de Administração da Companhia aprovou (i) uma proposta, sujeita a deliberação em AGE, de uma operação de redução de capital social da Companhia no valor de R\$2,0 bilhões, sem o cancelamento de ações de emissão da Companhia e mediante a restituição de recursos aos acionistas, em moeda corrente nacional; e (ii) a convocação de assembleia geral extraordinária para deliberar acerca da referida proposta de redução de capital e a consequente alteração do Estatuto Social da Companhia.

Em 18 de dezembro de 2024, a AGE da Companhia aprovou a redução de seu capital social, nos termos mencionados no Fato Relevante de 5 de novembro de 2024, e, após cumpridos todos os requisitos legais aplicáveis, a referida redução se tornará plenamente eficaz, sendo que os recursos dela decorrentes serão pagos em uma única parcela até o dia 31 de julho de 2025, em data a ser oportunamente definida pela Diretoria da Companhia.

Esta nova redução do capital será concretizada mediante restituição aos acionistas, em moeda corrente nacional (R\$/Reais), do valor de R\$1,22651176012 por ação ordinária de emissão da Companhia, considerando um total de 1.652.588.360 ações ordinárias em que se divide o capital social, excluídas 21.947.656 ações ordinárias mantidas em tesouraria em 31 de outubro de 2024. O valor por ação ordinária foi calculado com base na posição acionária de 31 de outubro de 2024, e, em razão do Programa de Recomprou de Ações da Companhia, o referido valor poderá sofrer alterações considerando a base acionária a ser verificada em 27 de fevereiro de 2025. Desta forma, a posição acionária a ser considerada para o recebimento dos recursos decorrentes desta redução de capital, será a constante dos registros da Companhia em 27 de fevereiro de 2025, sendo que após esta data, as ações de emissão da Companhia serão consideradas ex-direitos de restituição.

Esta operação de redução de capital social tem como objetivo aprimorar a estrutura de capital da Companhia, o que permite a flexibilização da alocação de seu capital, gerando equilíbrio entre a necessidade de recursos e a geração de valor aos seus acionistas. Dado sua aprovação em AGE, a efetivação da redução de capital está sujeita ao decurso do prazo de 60 dias contados a partir da publicação da respectiva ata, conforme previsto no artigo 174 da Lei das S.A.

O capital social subscrito e integralizado era de R\$62.071.416 e R\$63.571.416 em 31 de dezembro de 2024 e 2023, respectivamente, representado por ações, todas ordinárias, escriturais e sem valor nominal, assim distribuído:

Acionistas	31.12.2024		31.12.2023	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Grupo Controlador	1.244.240.476	76,30 %	1.244.240.476	75,29 %
Telefônica	634.398.912	38,90 %	634.398.912	38,38 %
Telefônica Latinoamérica Holding	608.905.051	37,34 %	608.905.051	36,85 %
Telefônica Chile	936.513	0,06 %	936.513	0,06 %
Outros acionistas	382.442.128	23,46 %	408.343.528	24,71 %
Ações em tesouraria	3.961.092	0,24 %	4.356	- %
Total de ações emitidas	1.630.643.696	100,00 %	1.652.588.360	100,00 %
Ações em tesouraria	(3.961.092)	-	(4.356)	-
Valor de ações em circulação	1.626.682.604	100,00 %	1.652.584.004	100,00 %
Total patrimonial por ação em circulação:				
Em 31.12.2024			R\$ 42,87	
Em 31.12.2023			R\$ 42,10	

24.b. Programa de recompra de ações

Em 4 de março de 2024, o Conselho de Administração da Companhia, em conformidade com o artigo nº 15, inciso XV do Estatuto Social da Companhia e da Resolução CVM nº 77/2022, aprovou um novo programa de recompra de ações de emissão da Companhia ("Programa"), que tem como objetivo a aquisição de ações ordinárias de emissão da Companhia para manutenção em tesouraria, posterior cancelamento ou alienação, sem redução do capital social, com a finalidade de incrementar valor aos acionistas pela aplicação eficiente dos recursos disponíveis em caixa, otimizando a alocação de capital da Companhia.

Em 30 de agosto de 2024, o Conselho de Administração da Companhia aprovou um aditamento ao Programa, aumentando o valor máximo de recursos que poderão ser utilizados para a recompra das ações, de R\$1 bilhão para R\$1,5 bilhão, mantendo-se todos os demais termos e condições do Programa, conforme divulgado no dia 5 de março de 2024, exceto pelas quantidades de ações (i) em circulação, (ii) mantidas em tesouraria e (iii) que poderão ser adquiridas, que foram atualizadas em razão da lapse temporal desde a aprovação do Programa. A recompra das ações será efetuada mediante a utilização de recursos disponíveis em reserva estatutária de lucros, podendo ser utilizado, ainda, o resultado apurado no exercício social em curso, nos termos do artigo 8º, § 1º, Incisos I e II da Resolução CVM nº 77/2022.

Considerando a data-base de 31 de julho de 2024, a quantidade máxima de ações ordinárias que podem ser adquiridas, de acordo com o limite legal, é de 30.332.692 ações ordinárias, já descontadas as 10.499.456 ações ordinárias mantidas em tesouraria, conforme divulgado no Fato Relevante do dia 30 de agosto de 2024. Este programa tem vigência a partir de 5 de março de 2024 e término em 4 de março de 2025.

A seguir, apresentamos as movimentações das ações em tesouraria, descritas nos itens c) e d) desta nota.

	Quantidade de ações			R\$ mil		
	Reservas de capital	Reservas de lucro	Total	Reservas de capital	Reservas de lucro	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	13.381.540	-	13.381.540	(607.443)	-	(607.443)
Recompras de ações	3.648.542	7.324.185	10.972.727	(86.337)	(402.421)	(488.758)
Cancelamentos de ações	(17.025.726)	(7.324.185)	(24.349.911)	693.586	402.421	1.096.007
Saldos em 31 de dezembro de 2023	4.356	-	4.356	(194)	-	(194)
Recompras de ações	-	25.901.400	25.901.400	-	1.299.583	1.299.583
Cancelamentos de ações	-	(21.944.664)	(21.944.664)	-	(1.099.584)	(1.099.584)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	4.356	3.956.736	3.961.092	(194)	199.999	199.805

24.c. Reservas de capital

O saldo desta rubrica era de R\$63.095 em 31 de dezembro de 2024 e 2023, subdividida em:

- Reserva especial de ágio:** Refere-se ao benefício fiscal gerado pela incorporação da Telefônica Data do Brasil Ltda., que será capitalizado em favor dos acionistas controladores (Telefônica e TLH) após a realização do crédito fiscal. O saldo desta rubrica era de R\$63.074 em 31 de dezembro de 2024 e 2023.
- Ações em tesouraria:** Refere-se às recompras de ações ordinárias, mediante a utilização de reserva de capital. O saldo desta rubrica era de R\$1.394 em 31 de dezembro de 2024 e 2023.
- Outras reservas de capital:** Refere-se aos efeitos de transações de capital ocorridas em processos de aquisição, alienação e incorporação de sociedades pela Companhia e/ou suas controladas. O saldo desta rubrica era de R\$215 em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

24.d. Reservas de lucro

O saldo desta rubrica era de R\$7.523.216 e R\$5.885.575 em 31 de dezembro de 2024 e 2023, respectivamente, subdividida em:

- Reserva legal:** Reserva constituída obrigatoriamente pela Companhia à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social integralizado. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento do capital social e para compensar prejuízos acumulados. O saldo desta rubrica era de R\$4.118.419 e R\$3.841.022 em 31 de dezembro de 2024 e 2023, respectivamente.
- Ações em tesouraria:** Refere-se ao saldo de 3.956.736 ações ordinárias decorrentes das recompras e o cancelamento ocorridos em 2024, mediante a utilização de parte do resultado do exercício social de 2024. O saldo desta rubrica era de R\$199.999 em 31 de dezembro de 2024.
- Incentivos fiscais:** Refere-se aos benefícios fiscais que a Companhia possui relativos a: (i) ICMS nos estados de Minas Gerais e Espírito Santo, referente a créditos outorgados junto aos órgãos competentes dos referidos estados, vinculados a investimentos na instalação de equipamentos de suporte ao SMP, em pleno funcionamento e operação, de acordo com as normas em vigor, que assegurem que as localidades relacionadas no edital, sejam inseridas na área de cobertura do SMP; e (ii) redução de 75% do IRPJ incidente sobre o lucro auferido nos estados das regiões Norte e Nordeste do país (áreas da SUDAM e SUDENE) em 2023 e exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a parcela destes benefícios fiscais era excluída do cálculo dos dividendos, podendo vir a ser utilizada somente nos casos de aumento de capital ou de absorção de prejuízos. Com a entrada em vigor da Lei nº 14.789/23, a partir do exercício de 2024, a parcela destes benefícios fiscais, cujo montante foi de R\$16.136, deixou de ser excluída do cálculo dos dividendos.
- Reserva para remuneração aos acionistas e investimentos:** Reserva estatutária criada pela Companhia nos termos do artigo 194 da Lei das S.A., a que serão destinados, por proposta

continuação



Telefônica Brasil S.A.
Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 02.558.157/0001-62 - NIRE 35.3.0015.881-4

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

31.c.1.2. Plano de assistência médica - Lei nº 9.656/1998
Em atendimento à Lei nº 9.656/1998, a Companhia administra e patrocina, juntamente com suas controladas, plano de assistência médica aos aposentados e desligados que efetuem contribuição fixa para o plano.
Conforme previsão dos artigos 30 e 31 da referida Lei, será garantido o direito à extensão do plano de assistência médica no qual o participante tinha direito enquanto empregado ativo. Os participantes em fase de benefício são classificados em aposentados e seus dependentes e demitidos e seus dependentes.
Os aposentados e demitidos, para manutenção de seus direitos aos benefícios, deverão efetuar contribuições ao plano de acordo com as tabelas de contribuição por faixa etária determinadas pelas operadoras e/ou seguradoras.

31.c.2. Planos de previdência pós-emprego
Os planos de previdência pós-emprego incluem: PBS Assistidos ("PBS-A"), CTB, Telefônica BD e Visão.
A avaliação atuarial efetuada para os planos de previdência CTB, PBS-A, Telefônica BD e Planos Visão utilizou o cadastro dos participantes com data base de 31 de julho de 2024, projetado para 31 de dezembro de 2024 e o cadastro dos participantes com data base 31 de julho de 2023, projetado para 31 de dezembro de 2023.

31.c.2.1. Plano PBS Assistidos (PBS-A)
O PBS-A é um plano de benefício definido de complementação previdenciária administrado pela Sistel e patrocinado pela Companhia, solidariamente com as demais empresas de telecomunicações originadas da privatização do sistema Telebrás. O PBS-A está sujeito a aportes de recursos das patrocinadoras, caso ocorra insuficiência de ativos para garantir a suplementação de aposentadoria dos participantes no futuro.
O PBS-A é composto por participantes assistidos do plano de benefícios da Sistel que já estavam na condição de aposentados em 31 de janeiro de 2000, originários de todas as patrocinadoras participantes, mantida a solidariedade de todas as patrocinadoras do plano, entre si, e com a Sistel.

Conforme Portarias Nº 249/23 e Nº 926/24 da PREVIC, de 14 de março de 2023 e 08 de novembro de 2024 e publicadas no DOU em 13 de abril de 2023 e 14 de novembro de 2024, respectivamente, a Sistel aprovou distribuições de parte de seu superávit, na forma de reserva especial do PBS-A, com reversão de valores às patrocinadoras e melhoria de benefícios, na forma de renda temporária, aos assistidos. A participação correspondente à Companhia na distribuição dessa reserva foi calculada no valor de R\$89.130 para a distribuição aprovada em 2023 e R\$114.852 para a distribuição aprovada em 2024, com distribuições previstas na forma de 36 pagamentos mensais, corrigidas pelo rendimento do plano (Nota 11).
Mesmo considerando as distribuições de reserva aprovadas pela PREVIC, o PBS-A ainda apresenta ativos superiores às obrigações atuariais em 31 de dezembro de 2024 e 2023. Esses excedentes não foram reconhecidos em virtude da falta de previsão legal de seu reembolso e, por não ser um plano contributivo, não é possível nenhum abatimento em futuras contribuições.

31.c.2.2. Plano CTB ("CTB")
As contribuições aos planos CTB são determinadas com base em estudos atuariais preparados por atuários independentes, de acordo com as normas em vigor no Brasil. O regime de determinação do custeio é o de capitalização e a contribuição devida pela patrocinadora é fixada em percentual de desconto sobre a folha de salários dos seus empregados participantes do plano.
A Companhia administra e patrocina, individualmente, o plano CTB, plano oferecido originalmente aos antigos empregados da Companhia Telefônica Brasileira que estavam na empresa em 1977, com os quais foi firmado contrato individual de concessão de aposentadoria para incentivar o desligamento desses empregados. Trata-se de um benefício informal de complementação de aposentadoria pago aos ex-empregados diretamente pela Companhia. Estes planos têm status de planos fechados, não admitindo novas adesões.
31.c.2.3. Plano Telefônica BD
A Companhia patrocina, individualmente, o plano de benefício definido previdenciário, o Telefônica BD.
Visando aprimorar a alocação dos ativos do plano Telefônica BD e analisar a taxa de cobertura das obrigações do plano nos próximos anos, foi conduzido um estudo de *Application Lifecycle Management ("ALM")* estocástico pela Visão Prev e pela Willis Towers Watson. Esse estudo de ALM objetivou verificar a projeção da relação entre cobertura do passivo (índice de solvência) e o risco de descasamento, medido pelo desvio padrão do índice de solvência. O estudo concluiu que o plano apresenta trajetória sustentável de sua taxa de cobertura com a carteira atual de investimentos.
No momento da concessão, é calculado um benefício que será pago de forma vitalícia e atualizada pela inflação. Este plano não está aberto a novas adesões.
As contribuições são definidas conforme o plano de custeio, que é calculado considerando hipóteses financeiras, demográficas e econômicas com o objetivo de acumular recursos suficientes para o pagamento do benefício para os participantes que já estão recebendo e para as novas aposentadorias.

31.c.2.4. Planos Visão
Os planos Visão Telefônica e Visão Multi, por sua similaridade, passaram a ser demonstrados a seguir conjuntamente sob a denominação Visão.
A Companhia e suas controladas patrocinam planos de contribuição definida com componentes de benefícios definidos (planos híbridos) previdenciários, os planos Visão, administrados pela Visão Prev. A contribuição é atribuída a cada controlada na proporção econômica e demográfica de sua respectiva obrigação com o plano. As contribuições realizadas pela Companhia e suas controladas referentes às parcelas de contribuição definida totalizaram R\$60.106 em 31 de dezembro de 2024 (R\$51.328 em 31 de dezembro de 2023).
As contribuições aos planos Visão Telefônica e Visão Multi são: (i) contribuição básica e adicional, com contribuições efetuadas pelo participante e patrocinadora; e (ii) contribuição suplementar, esporádica e específica, com contribuição efetuada apenas pelo participante.

Além disso, o participante tem a possibilidade de escolher um dos cinco perfis de investimento para aplicar o seu saldo, são eles: superconservador, conservador, moderado, agressivo e agressivo renda fixa longo prazo.

31.c.3. Informações consolidadas dos planos de previdência e de outros benefícios pós-emprego
31.c.3.1. Conciliação dos passivos (ativos), líquidos

	31.12.2024			31.12.2023		
	Planos de previdência pós-emprego	Planos de benefícios de saúde pós-emprego	Total	Planos de previdência pós-emprego	Planos de benefícios de saúde pós-emprego	Total
Valor presente de obrigação por benefício definido	1.954.418	1.548.742	3.503.160	2.167.726	1.917.650	4.085.376
Valor justo dos ativos dos planos	3.158.617	885.337	4.043.954	3.233.947	920.586	4.154.533
Passivo (ativo) líquido	(1.204.199)	663.405	(540.794)	(1.066.221)	997.064	(69.157)
Limitador dos ativos	1.112.307	-	1.112.307	1.072.192	-	1.072.192
Ativo circulante	(73.314)	-	(73.314)	(30.673)	-	(30.673)
Ativo não circulante	(83.732)	-	(83.732)	(43.375)	-	(43.375)
Passivo circulante	8.678	22.349	31.027	8.683	22.905	31.588
Passivo não circulante	56.476	641.056	697.532	71.336	974.159	1.045.495
31.c.3.2. Total de despesa reconhecida na demonstração dos resultados						
	2024			2023		
	Planos de previdência pós-emprego	Planos de benefícios de saúde pós-emprego	Total	Planos de previdência pós-emprego	Planos de benefícios de saúde pós-emprego	Total
Custo do serviço corrente	2.037	15.806	17.843	1.747	9.378	11.125
Juros líquidos sobre o ativo/passivo atuarial líquidos	71	91.769	91.840	5.903	68.825	74.728
Total	2.108	107.575	109.683	7.650	78.203	85.853

	2024			2023		
	Planos de previdência pós-emprego	Planos de benefícios de saúde pós-emprego	Total	Planos de previdência pós-emprego	Planos de benefícios de saúde pós-emprego	Total
Valor presente de obrigação por benefício definido	1.954.418	1.548.742	3.503.160	2.167.726	1.917.650	4.085.376
Valor justo dos ativos dos planos	3.158.617	885.337	4.043.954	3.233.947	920.586	4.154.533
Passivo (ativo) líquido	(1.204.199)	663.405	(540.794)	(1.066.221)	997.064	(69.157)
Limitador dos ativos	1.112.307	-	1.112.307	1.072.192	-	1.072.192
Ativo circulante	(73.314)	-	(73.314)	(30.673)	-	(30.673)
Ativo não circulante	(83.732)	-	(83.732)	(43.375)	-	(43.375)
Passivo circulante	8.678	22.349	31.027	8.683	22.905	31.588
Passivo não circulante	56.476	641.056	697.532	71.336	974.159	1.045.495
31.c.3.2. Total de despesa reconhecida na demonstração dos resultados						
	2024			2023		
	Planos de previdência pós-emprego	Planos de benefícios de saúde pós-emprego	Total	Planos de previdência pós-emprego	Planos de benefícios de saúde pós-emprego	Total
Custo do serviço corrente	2.037	15.806	17.843	1.747	9.378	11.125
Juros líquidos sobre o ativo/passivo atuarial líquidos	71	91.769	91.840	5.903	68.825	74.728
Total	2.108	107.575	109.683	7.650	78.203	85.853

	2024			2023		
	Planos de previdência pós-emprego	Planos de benefícios de saúde pós-emprego	Total	Planos de previdência pós-emprego	Planos de benefícios de saúde pós-emprego	Total
(Ganhos) perdas atuariais	(73.304)	(425.490)	(498.794)	352.011	352.974	704.985
Efeito limitador	(56.647)	-	(56.647)	(431.071)	(126.032)	(557.103)
Total	(129.951)	(425.490)	(555.441)	(79.060)	226.942	147.882

O imposto de renda e contribuição social incidentes sobre os totais dos valores reconhecidos em outros resultados abrangentes foram de: (i) em 2024: R\$188.153, sendo R\$149.103 de IR e CS diferidos e R\$39.050 de IR e CS correntes; e (ii) em 2023: (R\$48.925), sendo (R\$79.229) de IR e CS diferidos e R\$30.304 de IR e CS correntes.

	31.12.2024			31.12.2023		
	Planos de previdência pós-emprego	Planos de benefícios de saúde pós-emprego	Total	Planos de previdência pós-emprego	Planos de benefícios de saúde pós-emprego	Total
Valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido líquido no início do exercício	5.971	997.064	1.003.035	64.725	700.930	765.655
Despesas no exercício	2.108	107.575	109.683	7.650	78.203	85.853
Contribuições das patrocinadoras	(9.588)	(15.744)	(25.332)	(10.108)	(9.011)	(19.119)
Valores reconhecidos em outros resultados abrangentes	(129.951)	(425.490)	(555.441)	(79.060)	226.942	147.882
Distribuição de reservas	39.568	-	39.568	22.764	-	22.764
Valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido líquido ao final do exercício	(91.892)	663.405	571.513	5.971	997.064	1.003.035
Ativo atuarial reconhecido no balanço	(157.046)	-	(157.046)	(74.048)	-	(74.048)
Passivo atuarial reconhecido no balanço	65.154	663.405	728.559	80.019	997.064	1.077.083
31.c.3.5. Movimentação do passivo de benefício definido						
	31.12.2024			31.12.2023		
	Planos de previdência pós-emprego	Planos de benefícios de saúde pós-emprego	Total	Planos de previdência pós-emprego	Planos de benefícios de saúde pós-emprego	Total
Passivo de benefício definido no início do exercício	2.167.726	1.917.650	4.085.376	1.969.220	1.495.397	3.464.617
Custo do serviço corrente	2.037	15.806	17.843	1.747	9.378	11.125
Juros sobre o passivo atuarial	186.004	172.297	358.301	183.161	143.981	327.142
Benefícios pagos	(196.336)	(62.107)	(258.443)	(192.759)	(69.670)	(262.429)
Contribuições de participantes vertidas	182	-	182	231	-	231
Perdas atuariais ajustadas pela experiência	94.337	(67.734)	26.603	89.991	156.879	246.870
Perdas atuariais ajustadas por premissas financeiras	(299.532)	(407.170)	(706.702)	115.649	155.209	270.858
Perdas (ganhos) atuariais ajustadas por premissas demográficas	-	-	-	486	26.476	26.962
Passivo de benefício definido no final do exercício	1.954.418	1.548.742	3.503.160	2.167.726	1.917.650	4.085.376

	31.12.2024			31.12.2023		
	Planos de previdência pós-emprego	Planos de benefícios de saúde pós-emprego	Total	Planos de previdência pós-emprego	Planos de benefícios de saúde pós-emprego	Total
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	3.233.947	920.586	4.154.533	3.273.309	909.271	4.182.580
Benefícios pagos	(188.315)	(66.412)	(254.727)	(184.151)	(60.705)	(244.856)
Contribuições de participantes vertidas	182	-	182	231	-	231
Contribuições de patrocinador vertidas	1.566	49	1.615	1.500	46	1.546
Receitas esperadas de juros sobre os ativos dos planos	282.696	80.528	363.224	311.706	86.385	398.091
Retorno sobre os ativos dos planos, acima das receitas de juros esperadas	(131.891)	(49.414)	(181.305)	(145.884)	(14.411)	(160.295)
Distribuição de reservas	(39.568)	-	(39.568)	(22.764)	-	(22.764)
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	3.158.617	885.337	4.043.954	3.233.947	920.586	4.154.533

	31.12.2024			31.12.2023		
	Planos de previdência pós-emprego	Planos de benefícios de saúde pós-emprego	Total	Planos de previdência pós-emprego	Planos de benefícios de saúde pós-emprego	Total
Limitador dos ativos no início do exercício	1.072.192	-	1.072.192	1.368.814	-	1.368.814
Juros sobre o efeito limitador de ativos	96.762	-	96.762	134.449	-	134.449
Mudanças no efeito limitador de ativos, exceto juros	(56.647)	-	(56.647)	(431.071)	-	(431.071)
Limitador dos ativos ao final do exercício	1.112.307	-	1.112.307	1.072.192	-	1.072.192

	31.12.2024			31.12.2023		
	Planos de previdência pós-emprego	Planos de benefícios de saúde pós-emprego	Total	Planos de previdência pós-emprego	Planos de benefícios de saúde pós-emprego	Total
Limitador dos ativos no início do exercício	1.072.192	-	1.072.192	1.368.814	-	1.368.814
Juros sobre o efeito limitador de ativos	96.762	-	96.762	134.449	-	134.449
Mudanças no efeito limitador de ativos, exceto juros	(56.647)	-	(56.647)	(431.071)	-	(431.071)
Limitador dos ativos ao final do exercício	1.112.307	-	1.112.307	1.072.192	-	1.072.192

	31.12.2024			31.12.2023		
	Planos de previdência pós-emprego	Planos de benefícios de saúde pós-emprego	Total	Planos de previdência pós-emprego	Planos de benefícios de saúde pós-emprego	Total
Custo do serviço corrente	2.037	15.806	17.843	1.747	9.378	11.125
Juros líquidos sobre o valor do passivo/ativo de benefício definido líquido	71	91.769	91.840	5.903	68.825	74.728
Total	2.108	107.575	109.683	7.650	78.203	85.853

	31.12.2024			31.12.2023		
	Planos de previdência pós-emprego	Planos de benefícios de saúde pós-emprego	Total	Planos de previdência pós-emprego	Planos de benefícios de saúde pós-emprego	Total
Contribuições das patrocinadoras	182	-	182	231	-	231
Benefícios pagos diretamente pelo patrocinador	1.566	49	1.615	1.500	46	1.546
Total	3.233.947	920.586	4.154.533	3.273.309	909.271	4.182.580

	31.12.2024			31.12.2023		
	Planos de previdência pós-emprego	Planos de benefícios de saúde pós-emprego	Total	Planos de previdência pós-emprego	Planos de benefícios de saúde pós-emprego	Total
Taxa para desconto a valor presente do passivo de benefício definido	11,07% a 11,67%	-	11,07% a 11,20%	-	-	-
Taxa de crescimento salarial futuro	4,57% a 6,60%	-	Não aplicável	-	-	-
Taxa de crescimento dos custos médicos	Não aplicável	-	6,61%	-	-	-
Índice nominal anual de reajuste dos benefícios previdenciários	3,50%	-	Não aplicável	-	-	-
Idade prevista para a elegibilidade ao uso dos serviços médicos	Não aplicável	-	59 a 63 anos	-	-	-
Idade prevista para aposentadoria	57 a 60 anos	-	59 a 63 anos	-	-	-
Tábua de mortalidade de válidos	segregada por sexo, suavizada em 10% e 50% RP-2000 Disabled	-	AT-2000 Basic segregada por sexo, suavizada em 10%	-	-	-
Tábua de mortalidade de inválidos	Masculina, suavizada em 60% Light-Forte; Álvaro Vindas (suavizada em 50%); Light-Fraca (suavizada em 50%)	-	RP-2000 Disabled Masculina, suavizada em 60% Light-Forte	-	-	-
Tábua de entrada em invalidez	Experiência pela rotatividade observada nos planos Visão (2018 a 2022)	-	Experiência pela rotatividade observada nos planos Visão (2020 a 2022)	-	-	-
Rotatividade	-	-	-	-	-	-

	31.12.2023	
	Planos de previdência pós-emprego	Planos de benefícios de saúde pós-emprego
Taxa para desconto a valor presente do passivo de benefício definido	8,90% a 9,07%	-
Taxa de crescimento salarial futuro	4,57% a 6,60%	-
Taxa de crescimento dos custos médicos	Não aplicável	-
Índice nominal anual de reajuste dos benefícios previdenciários	3,50%	-
Idade prevista para a elegibilidade ao uso dos serviços médicos	Não aplicável	-
Idade prevista para aposentadoria	57 a 60 anos	-
Tábua de mortalidade de válidos	segregada por sexo, suavizada em 10% e 50% RP-2000 Disabled	AT-2000 Basic segregada por sexo, suavizada em 10%
Tábua de mortalidade de inválidos	Masculina, suavizada em 60% Light-Forte; Álvaro Vindas (suavizada em 50%); Light-Fraca (suavizada em 50%)	RP-2000 Disabled Masculina, suavizada em 6

